

**Instituto de Administração da Saúde, IP-
RAM**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

2018

Ficha Técnica

Relatório de Gestão - 2018
Edição
Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM
Rua das Pretas n.º 1
9004-515 Funchal
Telf. 291212300, Fax 291281421
iasaude@iasaude.madeira.gov.pt
<http://www.iasaude.pt>

INDICE

13.1	CARACTERIZAÇÃO GERAL	4
13.1.1	ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	4
13.1.2	RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO	5
13.1.3	ORGANOGRAMA	9
I	ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	13
1.1	Recursos Humanos	13
1.2	Recursos Financeiros	13
1.3	Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades	13
1.3.1	Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG)	13
1.3.1.1	Unidade de Engenharia Sanitária (UES)	17
1.3.1.2	Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)	22
1.3.1.3	Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD)	27
1.3.1.4	Laboratório de Saúde Pública	36
1.3.2	Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)	38
1.3.2.1	Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)	41
1.3.2.2	Unidade Operacional de Contratualização (UOC)	44
1.3.3	Gabinete Jurídico (GJ)	48
1.3.4	Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)	51
II	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	54
III	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	55
IIV	AVALIAÇÃO FINAL	72
V	ANEXOS	75
13.1.4	RECURSOS HUMANOS (I)	76
13.1.4	RECURSOS HUMANOS (II)	82
	ANEXO - ANÁLISE ESTATÍSTICA UOC	83
	ANEXO - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA UCAD	102

13.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

13.1.1 - ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Designação: Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM

N.º de Identificação Fiscal: 511284349

Endereço: Rua das Pretas 1, 6.º Andar
9004-515 FUNCHAL

Responsáveis:

Presidente

Nome: Dr. Herberto Rúben Câmara Teixeira de Jesus

Cargo: Presidente do Conselho Diretivo

Morada: Estrada da Boa Nova, n.º 139, Santa Maria Maior
9060-005 Funchal

Vice-Presidente

Nome: Enf.ª Bruna Raquel Figueira Ornelas Gouveia

Cargo: Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Morada: Caminho do Campo 1.º de Maio
9135-033 Camacha

Vogal

Nome: Dr. João Carlos Barros de Mendonça

Cargo: Vogal do Conselho Diretivo

Morada: Rua do Cabrestante, Edf. Monumental Mar, Bloco E, 3.º BG, Sítio dos Piornais
9000-105 Funchal

13.1.2 – RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Objetivo

O presente relatório é elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro e compreende a demonstração quantitativa e qualitativa dos resultados alcançados, em articulação com o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), sintetiza a atividade desenvolvida em 2017, e apresenta o nível de execução e o grau de cumprimentos dos objetivos definidos.

O capítulo principal deste relatório incide na Autoavaliação onde são apresentados os resultados alcançados no âmbito do QUAR aprovado, bem como o grau concretização dos objetivos previstos para as unidades orgânicas do IASAÚDE, apresentando, sempre que se justifique, as causas de incumprimento das ações programadas.

A elaboração deste relatório é o resultado do contributo e da participação ativa de todas as unidades orgânicas deste Instituto.

O relatório de atividades apresentado reflete a capacidade de resposta aos desafios que lhe são colocados, sendo um instrumento de avaliação das atividades desenvolvidas e das metas alcançadas.

Metodologia de elaboração do relatório

O presente Relatório foi elaborado tendo por base a missão e atribuições do IASAÚDE, IP-RAM. Para a elaboração deste documento foi efetuado o levantamento, em todas as unidades orgânicas, da informação respeitante ao grau de concretização das metas associadas aos indicadores de desempenho, bem como às atividades e/ou projetos desenvolvidos, sejam a de exclusiva responsabilidade de cada unidade orgânica, sejam a de responsabilidade partilhada.

Foi solicitado às unidades orgânicas que efetuassem uma apreciação global sobre o desempenho do indicador, bem como uma fundamentação relativa à realização do objetivo e identificassem também as causas no caso de incumprimento de atividades, ações e/ou projetos não executados ou com resultados insuficientes. A informação obtida foi sistematizada e harmonizada em articulação com as unidades orgânicas, tendo sido objeto de reanálise e correção pelas mesmas, sendo posteriormente consolidada num documento final.

A elaboração do relatório de atividades e a definição da metodologia para recolha de contributos junto dos dirigentes e colaboradores tiveram o acompanhamento da Divisão de Controlo de Gestão. Os dados respeitantes aos recursos humanos (Balanço Social), os dados relativos aos recursos financeiros (execução orçamental), os dados relativos à frota de veículos e os dados relativos aos bens imóveis afetos ao Instituto, foram disponibilizados, respetivamente, pela Divisão de Recursos Humanos, Divisão de Contabilidade e Orçamento, Divisão de Contratação e Logística e Divisão de Património, unidades orgânicas integradas no Departamento Administrativo e Financeiro.

Missão

O IASAÚDE, IP-RAM, tem por missão proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação, planeamento e avaliação em saúde, bem como assegurar a gestão dos recursos humanos e financeiros, da formação profissional, das instalações e equipamentos, dos sistemas e tecnologias de informação do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração direta e indireta, no domínio da SRS.

São atribuições do IASAÚDE, IP-RAM:

- a) Garantir o apoio técnico à formulação de políticas e ao planeamento estratégico da saúde, acompanhar e avaliar a execução das políticas, dos instrumentos de planeamento e dos resultados obtidos e impulsionar a procura de ganhos em saúde;
- b) Assegurar a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Regional de Saúde, incrementando a sua execução em todo o Sistema Regional de Saúde;
- c) Regulamentar, orientar e coordenar as atividades de promoção da saúde e de prevenção e controlo da doença, assegurando o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, pela adequação dos recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- d) Desenvolver e fomentar atividades no âmbito da saúde pública, de forma a garantir a proteção da saúde das populações e coordenar e assegurar a vigilância epidemiológica a nível regional, bem como dos sistemas de alerta e resposta apropriada;
- e) Assegurar o desenvolvimento de programas de saúde e fomentar e coordenar a produção de informação adequada, designadamente estatística, em articulação com os demais serviços da SRS;
- f) Planear, coordenar e monitorizar a gestão dos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração direta e indireta, no domínio da SRS, suportado num adequado sistema integrado de informação, e desenvolver estudos de gestão previsional de recursos humanos, bem como garantir a sua valorização e qualificação profissional, propondo e gerindo planos de formação e promovendo a respetiva formação profissional;
- g) Articular com os organismos nacionais nos domínios da regulação profissional e de regimes de trabalho e coordenar o registo de profissionais de saúde;

- h) Proceder à gestão do internato médico na Região, sem prejuízo das competências dos respetivos órgãos específicos, nos termos da lei;
- i) Coordenar as atividades da SRS para a definição da rede de instalações e equipamentos do Serviço Regional de Saúde, estabelecendo prioridades e propondo planos de investimentos públicos a realizar no seu desenvolvimento, modernização e renovação;
- j) Coordenar as atividades da SRS para a definição de políticas sobre sistemas e tecnologias de informação e de comunicação, o seu desenvolvimento e avaliação, promovendo a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde;
- l) Planear e coordenar a gestão dos recursos financeiros afetos à SRS, designadamente estudando e propondo modelos de financiamento do Serviço Regional de Saúde, definir as normas e as orientações sobre modalidades para obtenção, distribuição e aplicação dos recursos financeiros, bem como do sistema de preços e de contratação das prestações de saúde;
- m) Acompanhar, avaliar e controlar o desempenho económico-financeiro dos serviços e estabelecimentos do Serviço Regional de Saúde, bem como desenvolver e implementar acordos com outras entidades responsáveis pelo pagamento de prestações de cuidados de saúde;
- n) Regular, supervisionar e acompanhar a atividade dos estabelecimentos, instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde, nos termos da lei, emitir e adaptar normas definidoras das condições técnicas, bem como emitir e difundir orientações para a adequada prestação de cuidados de saúde, nas redes hospitalar, de centros de saúde e de cuidados continuados, e proceder à sua avaliação;
- o) Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação de serviços e coordenar e controlar a sua aplicação, bem como coordenar a aplicação de medidas tendentes a promover, de forma permanente e sistemática, a simplificação, a inovação e a modernização administrativas, no âmbito do Serviço Regional de Saúde;
- p) Promover e coordenar ações de controlo e auditoria, designadamente financeiras, aos sistemas de gestão e ao desempenho organizacional;

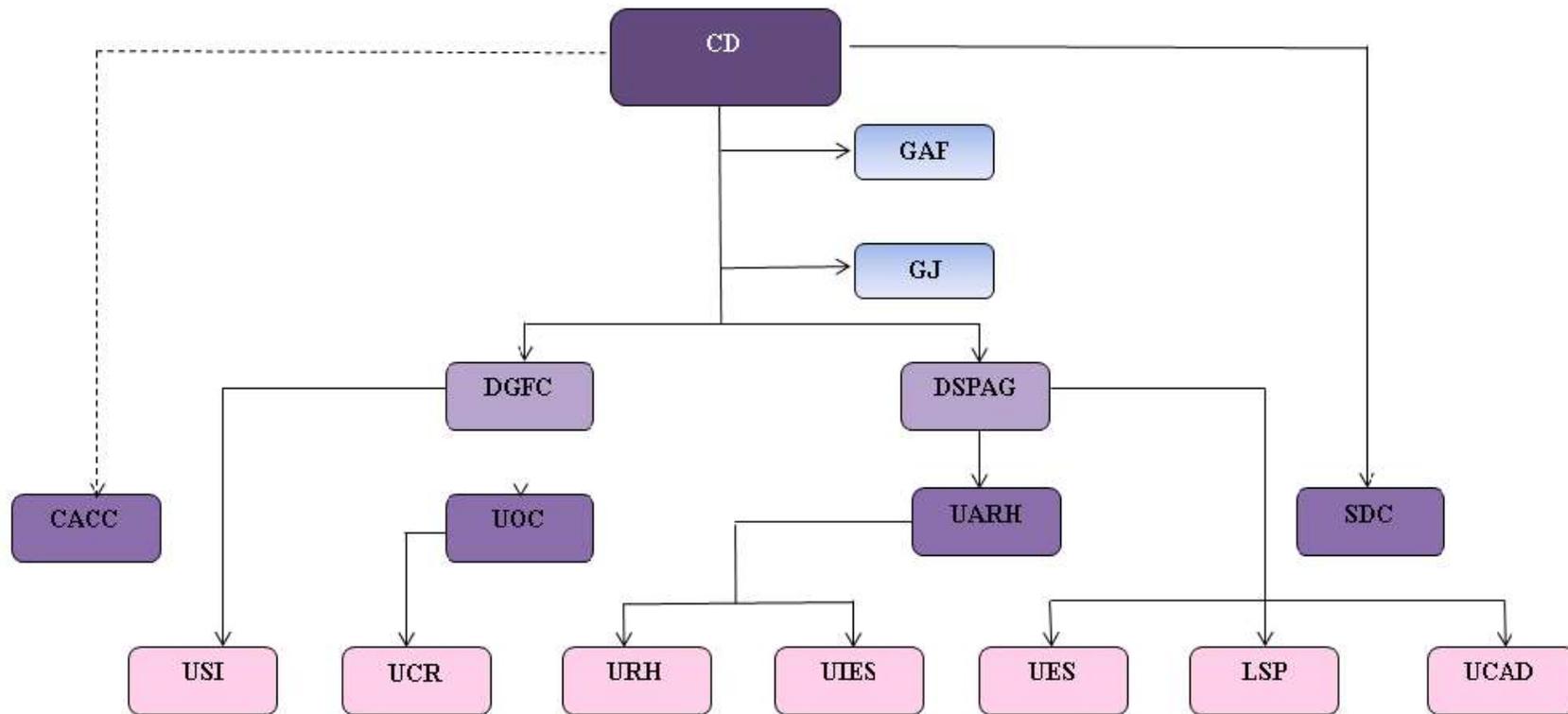
- q) Afetar recursos financeiros às instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde financiados pelo Serviço Regional de Saúde, através da negociação, celebração e acompanhamento de contratos-programa;
- r) Proceder à celebração, acompanhamento e revisão de acordos, protocolos e convenções com profissionais em regime liberal e entidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos;
- s) Garantir a comparticipação aos utentes dos encargos resultantes da prestação de cuidados de saúde ao abrigo de acordos, protocolos ou convenções celebrados com entidades privadas de saúde, nos termos dos regulamentos em vigor;
- t) Promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências, designadamente através da realização de ações e programas de prevenção, e dinamizar e acompanhar o plano regional de luta contra a droga e a toxicodependência;
- u) Coordenar os processos de licenciamento das entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde ou serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos, bem como dos estabelecimentos farmacêuticos, e proceder à fiscalização e verificação da aplicação do respetivo quadro normativo em vigor;
- v) Assegurar a atividade de farmacovigilância, a nível regional;
- x) Estabelecer e coordenar as relações com os diferentes organismos nacionais e internacionais da saúde;
- z) Exercer as funções de autoridade de saúde na Região, nos termos da lei.

Caraterização

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/M, sobre a organização e funcionamento do XII Governo Regional da Madeira, foi criada a Secretaria Regional na Saúde, ficando o Instituto de Administração da Saúde sob a sua tutela sendo ainda transferidas as competências então atribuídas, designadamente nas áreas da comunicação social, emprego e habitação à Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

Mantém-se em vigor os estatutos republicados pela Portaria n.º 178/2012, de 31 de dezembro, que aprova os Estatutos do IASAÚDE, IP-RAM e revoga a anterior Portaria n.º 80-A/2008, de 30 de junho.

13.1.3 ORGANOGRAMA



CD – Conselho Diretivo

GAF – Gabinete de Assuntos Farmacêuticos

GJ – Gabinete Jurídico

DGFC – Departamento de Gestão Financeira e
Contratualização

DSPAG – Departamento de Saúde, Planeamento e
Administração Geral

CACC – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo

OUC – Unidade Operacional de Contratualização

UARH – Unidade Operacional de Administração Geral e
Recursos Humanos

SDC – Serviço de Defesa do Consumidor

USI – Unidade Flexível de Sistemas de Informação

UCR – Unidade Flexível de Participações e Reembolsos

URH – Unidade Flexível de Recursos Humanos

UIES – Unidade Flexível de Instalações, Equipamentos e
Segurança

UES – Unidade Flexível de Engenharia Sanitária

LSP – Laboratório de Saúde Pública

UCAD – Unidade de Comportamentos, Aditivos e

Dependências

Objetivos estratégicos

O Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM manteve os seus objetivos estratégicos adequados à sua área de atuação definidos no ano transato.

- 1 – Coordenar o Planeamento em Saúde no Sistema Regional de Saúde;
- 2 – Melhorar o desenvolvimento, implementação e coordenação dos Sistemas de Informação em Saúde no Sistema Regional de Saúde;
- 3 – Desenvolver mecanismos de preparação e resposta transversal à emergência e reemergência em Saúde Pública;
- 4 – Reforçar o planeamento e o controlo de gestão do sistema de saúde nas várias áreas de atuação do IASAÚDE, IP-RAM: recursos humanos, produção assistencial, económico-financeira, infraestruturas e instalações.

I – ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1.1. Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se a desempenhar funções no IASAÚDE-IP-RAM, 166 trabalhadores, o que representa um pequeno decréscimo relativamente ao número do ano anterior (169).

Recursos Humanos		Dirigente	Técnico Superior	A. Técnico	A. Operacional	C. Categ. Subsistentes	C. e Corpos especiais	Médicos	Enfermagem	Outras	Total
Contrato por tempo indeterminado	H	4	10	11	5	0	5	1	0	5	41
	M	4	33	45	10	9	20	1	2	-	121
	T	8	42	56	15	9	25	2	2	5	162
Outros	H	2	-	1	1	-	-	-	-	-	3
	M	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	T	3	0	1	-	-	-	-	-	-	4
Total efetivos	H	6	9	12	6	0	5	1	-	5	44
	M	5	33	45	10	9	20	1	2	-	122
	T	11	42	57	16	9	25	2	2	5	166

1.2. - Recursos Financeiros

O orçamento inicial do IASAÚDE, IP-RAM foi em 2018 de € 330.441.080. Ao longo do ano este valor inicial sofreu diversas alterações orçamentais decorrentes de reforços e anulações, e ainda créditos especiais provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, que resultou num orçamento corrigido de 330.138.016€.

Execução Orçamental 2018

Na tabela seguinte passamos a evidenciar algumas despesas mais representativas do orçamento do IASAÚDE, IP-RAM em 2018:

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO 2018
Despesas com pessoal	4.537.004,37
Reembolso despesas saúde	4.745.904,36
Produtos vendidos em farmácias	34.348.514,72
Diversos Fornecedores	30.248.933,44
Contrato-Programa SESARAM 2018	223.457.724,00
Contrato-Programa SESARAM 2017	15.624.559,96

No que se refere à execução orçamental em 2018, foram efetuados pagamentos no valor de € 318.168.220,31 €, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 96,29%.



Como se pode constatar pela análise do gráfico e tabela acima apresentadas, cerca de 75% das despesas do IASAÚDE destinaram-se ao pagamento dos Contratos programa SESARAM, E.P.E. de 2017 e 2018. Seguem-se as despesas com medicamentos que contemplaram 10,8% das despesas pagas pelo IASAÚDE, sendo que as rubricas diversos fornecedores e reembolsos de despesas de saúde aos Utentes do Serviço Regional de Saúde, representaram quase 11% do orçamento executado pelo IASAÚDE.

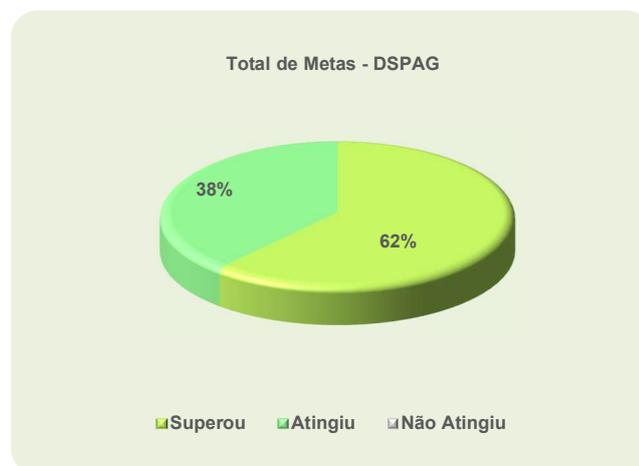
1.3. Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades

1.3.1. – Departamento de Saúde, Planejamento e Administração Geral (DSPAG).

O Departamento de Saúde, Planejamento e Administração Geral (DSPAG) compreende duas unidades operacionais, a Unidade Operacional de Administração Geral (UAG) e a Unidade Operacional de Intervenção em Comportamento Aditivos e Dependências (UCAD).

No DSPAG estão integrados:

- A Unidade flexível de Engenharia Sanitária
- O Laboratório Regional de Saúde Pública
- A unidade técnica de apoio à promoção e proteção da saúde;
- A unidade técnica de estudos e informação em saúde
- A unidade técnica de comunicação e educação para a saúde
- A unidade técnica de instalações e equipamentos.



O DSPAG definiu 4 objetivos operacionais e 13 atividades estratégicas associadas.

Assim, no ano de 2018 este Departamento superou 8 e atingiu 5 atividades.

Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Desenvolver Programas Regionais de Intervenção no âmbito da Saúde Sazonal e estratégias Prioritárias de Saúde (definidas no PERSRS em vigor)

A este objetivo operacional estão associadas 4 atividades estratégicas:

AE1: Consolidar Documentos de Referência no âmbito da Saúde Sazonal ou das Estratégias Prioritárias de Saúde (definidas no PESRS em vigor);

AE2: Criar/adaptar suportes de informação e comunicação na área da Saúde Sazonal ou Estratégias Prioritárias de Saúde;

AE3: Elaborar relatórios/dashboards no âmbito das áreas de Estratégias Sazonais de Promoção da Saúde/Estratégias Prioritárias de Saúde;

AE4: Realizar eventos destinados a profissionais e/ou comunidade, no âmbito das áreas de Estratégia do PESRS

Resultados:

AE1 – Atividade superada uma vez que estava estabelecida como meta a elaboração de 3 documentos e foram concebidos 6 documentos;

AE2 - Atividade superada considerando que estava prevista a realização de 6 suportes e foram efetivamente criados 120 suportes;

AE3 – Atividade superado atendendo ao facto de ter como meta a elaboração de 3 documentos/dashboards e foram elaborados 39;

AE4 – Atividade novamente superada A meta estabelecida definia a realização de 4 eventos, sendo que no total foram realizados 14;

Objetivo Operacional 2 – Monitorizar indicadores de saúde da população da RAM

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE1 – Realizar a avaliação intercalar do PERS 2011-2016 (ext. 2020) no cumprimento do sistema de monitorização e revisão do PESRS;

AE2 – Elaborar suportes de informação em saúde indicadores epidemiológicos, avaliação económica, movimento assistencial e relatórios temáticos;

AE3 – Participar/Desenvolver estudos de natureza científica (epidemiológicos) em parceria com outras instituições)

Resultados

AE1: A atividade foi atingida, uma vez que a meta estabelecia 2 avaliações intercalares do PESRS, tendo sido atingido esse número;

AE 2: A atividade foi superada considerando que a meta proposta era a elaboração de 4 produtos de informação em saúde, tendo sido efetivados 17;

AE3: Esta atividade foi atingida, pois foi estabelecida a participação/desenvolvimentos de pelo menos 3 estudos, tendo sido atingido esse número

Objetivo Operacional 3 – Vigilância epidemiológica da gripe e outras doenças

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE1 - Implementar procedimentos sistemáticos de vigilância epidemiológica da gripe

AE2 - Elaborar suportes de informação sobre a vigilância epidemiológica/alertas de saúde pública;

AE3 – Elaborar dashboards/relatórios de vigilância epidemiológica de doenças.

Resultados:

AE1: A atividade foi atingida, uma vez que foi fixada a elaboração de 1 relatório, tendo o mesmo sido elaborado.

AE2: A atividade foi superada. A meta estabelecida previa a difusão de 40 suportes de informação, tendo sido totalizados 51 produtos.

AE3: atividade superada. Estava prevista a realização de 3 relatórios sobre estudos em desenvolvimento e foram concretizados 6.

Objetivo Operacional 4 - Implementar um Plano Regional de Vacinação e estratégias complementares

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar Relatórios de Avaliação do PRV;

AE 2 - Emitir documentos normativos no âmbito do PRV e/ou estratégias complementares;

AE 3 - Elaborar suportes de informação sobre Vacinação (destinados também à população em geral).

Resultados:

AE 1 – a atividade foi atingida. A meta proposta previa a elaboração de 2 relatórios, que foram concretizados.

AE 2 – a atividade foi superada. A meta proposta previa a elaboração de 2 documentos normativos, tendo sido elaborados 6 documentos.

AE 3 – atividade atingida. A meta proposta previa a elaboração de 30 documentos os quais foram concluídos.

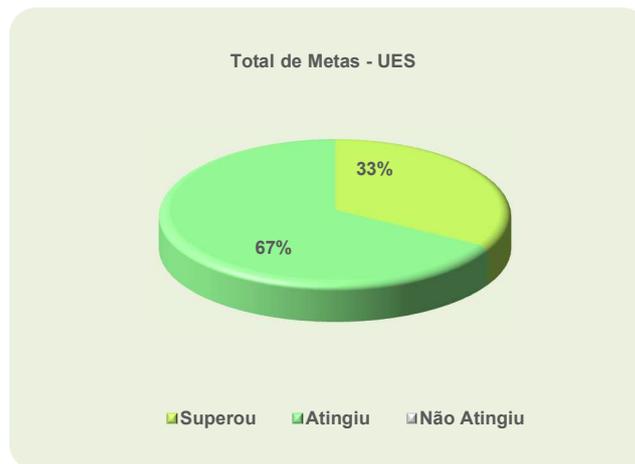
Relatório de Gestão 2018

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Desenvolver o Programas Regionais de Intervenção no âmbito da Saúde Sazonal e Estratégias Prioritárias de Saúde (definidas no PESRS em vigor)	4	4	-	-
Monitorizar indicadores de saúde da População da RAM	3	1	2	-
Vigilância epidemiológica da Gripe e outras Doenças	3	2	1	-
Implementar um Plano Regional de Vacinação e estratégias complementares	3	1	2	-
TOTAL	13	8	5	-

1.3.1.1 - Unidade de Engenharia Sanitária (UES)

A Unidade de Engenharia Sanitária definiu 3 objetivos operacionais e 24 atividades estratégicas associadas.

Assim, no ano de 2018 a UES superou 8 das atividades propostas e atingiu 16.



Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio.

A este objetivo operacional estão associadas 10 atividades estratégicas:

- AE 1 - Colheita de amostras de água para consumo humano;
- AE 2 - Elaboração de relatório de qualidade da água para consumo humano;
- AE 3 - Colheita de amostras de água de piscina para análise laboratorial
- AE 4 - Elaboração de relatório de qualidade da água de piscinas
- AE 5 - Colheita de amostras de água do mar;
- AE 6 - Elaboração de relatório da qualidade da água do mar;
- AE 7 - Colheita de amostras de areia
- AE 8 - Elaboração de relatório da qualidade das areias
- AE 9 - Realização de vistorias prévias e durante a época balnear às estruturas de apoio das zonas balneares candidatas à Bandeira Azul
- AE 10 - Inspeção e colheitas de amostras de água para pesquisa da *Legionella*

Resultados:

AE1: atividade superada. Todas as colheitas de amostras de água para consumo humano foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, obtendo-se assim uma percentagem de 100% de concretização.

AE2: atividade atingida: O relatório foi entregue dentro da meta prevista;

AE3: atividade superada. Todas as colheitas de amostras de água de piscina para análise laboratorial foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, obtendo-se assim uma superação de 19%, acima do previsto.

AE4: atividade atingida: O relatório foi entregue dentro do prazo previsto na meta;

AE5: atividade superada. A meta previa a realização de 90% das colheitas dentro do prazo previsto no calendário. Esse valor foi superado em + 21%, uma vez que foram efetuadas 454 análises em vez das 410 previstas, atingindo assim uma percentagem de 117%.

AE6: atividade atingida. O documento foi dentro do prazo previsto.

AE7 - atividade superada. As colheitas de amostras de areia foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, superando em mais 2% a meta prevista, tendo sido realizadas 76 análises das 70 inicialmente previstas.

AE8: atividade atingida – o prazo de entrega do relatório de qualidade de areias foi cumprido.

AE9: atividade cumprida - foram efetuadas as duas vistorias por zona balnear previstas.

AE10: atividade superada. Todas as atividades relacionadas com esta atividade foram concluídas, tendo-se superado as análises inicialmente previstas (110) em +5.

Objetivo Operacional 2 – Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais e análise dos PDM's.

A este objetivo estão associadas 8 atividades estratégicas:

AE 1 - Realização de vistorias para efeitos de licenciamento das unidades privadas de saúde;

AE 2 - Elaboração do relatório de vistoria de licenciamento das unidades privadas de saúde;

AE 3 - Realização de vistoria de licenciamento das empresas de segurança e saúde no trabalho;

AE 4 - Elaboração do relatório de vistoria de licenciamento das empresas de segurança e saúde;

AE 5 - Elaboração de pareceres no âmbito do licenciamento industrial;

AE 6 - Realização de vistorias no âmbito do licenciamento industrial;

AE 7 - Elaboração do auto de vistoria de licenciamento industrial;

AE 8 - Elaboração de pareceres técnicos diversos.

Resultados

AE 1 – atividade atingida – as vistorias para efeitos de licenciamento das unidades privadas de saúde ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES

AE 2 - atividade atingida – os relatórios de vistoria de licenciamento de unidades de privadas de saúde foram elaborados dentro do prazo previsto;

AE 3 - atividade atingida - as vistorias para efeitos de licenciamento das empresas de segurança e saúde no trabalho ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES;

AE 4 - atividade atingida - os relatórios de vistoria de licenciamento foram elaborados dentro do prazo previsto;

AE 5 - atividade atingida – os pareceres no âmbito do licenciamento industrial foram entregues dentro do prazo previsto:

AE 6 - atividade atingida - as vistorias no âmbito do industrial das empresas de segurança e saúde no trabalho ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES;

AE 7 - atividade atingida - os autos de vistoria foram entregues dentro do prazo previsto;

AE 8 - atividade atingida - os pareceres técnicos foram entregues dentro do prazo previsto:

Objetivo Operacional 3 - Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores.

A este objetivo estão associadas 6 atividades estratégicas:

AE 1 - Monitorização de armadilhas para captura de ovos de mosquitos (ovitrap);

AE 2 - Monitorização de armadilhas para captura de mosquitos adultos (BG-Sentinel traps);

AE3 - Prospecção de criadouros de mosquitos em moradias, jardins públicos, terrenos abandonados, etc.;

AE 4 – Divulgação semanal dos resultados da atividade vetorial nas diferentes plataformas (KLM, “Não Mosquito” e REVIVE);

AE 5 - Elaboração de painéis Entomológico semanais;

AE 6 - Elaboração de mapas epidemiológicos bimestrais.

Resultados:

AE 1 - atividade atingida. Para esta atividade estava prevista a realização de 5000 a 10000 verificações às armadilhas. Foram efetivamente realizadas 8792 verificações.

AE 2 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a realização de 1500 a 2000 verificações às armadilhas. Foram efetivamente realizadas 4287 verificações.

AE3 - atividade atingida. Para esta atividade estava previsto o preenchimento de 200 a 300 fichas por prospeção num ano. Foram efetivamente preenchidas 250 fichas.

AE 4 - atividade atingida. Todos os dados foram divulgados dentro do prazo estabelecido.

AE 5 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a elaboração de 300 a 400 painéis entomológicos. Foram efetivamente elaborados 1700 Painéis Entomológicos.

AE 6 - atividade superada. Esta prevista a elaboração de 5 a 6 mapas, tendo sido apresentados 11 mapas da Gripe e 9 da SIDA/HIV.

Atividades não estratégicas

Estas atividades não são mensuráveis, mas, no entanto, são importantes para a realização de toda a atividade quotidiana da UES:

- Atualização das infraestruturas, população e localização dos pontos de amostragem dos sistemas de abastecimento de águas;
- Contactos com as autarquias e autoridades de saúde a fim de serem tomadas medidas com vista à correção de não conformidades;
- Preenchimento de uma base de dados para registo dos resultados analíticos;
- Realização de levantamento técnico das instalações das piscinas e condições de funcionamento;
- Contactos com os concessionários a fim de serem tomadas medidas com vista à correção de não conformidades;
- Reuniões de preparação do processo de atribuição da Bandeira Azul;
- Atualização das unidades privadas de saúde;
- Preenchimento de uma base de dados para registo das unidades privadas de saúde.

Relatório de Gestão 2018

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio	10	5	5	-
Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais e análise de PDM's	8	-	8	-
Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores	6	3	3	-
TOTAL	24	8	16	-

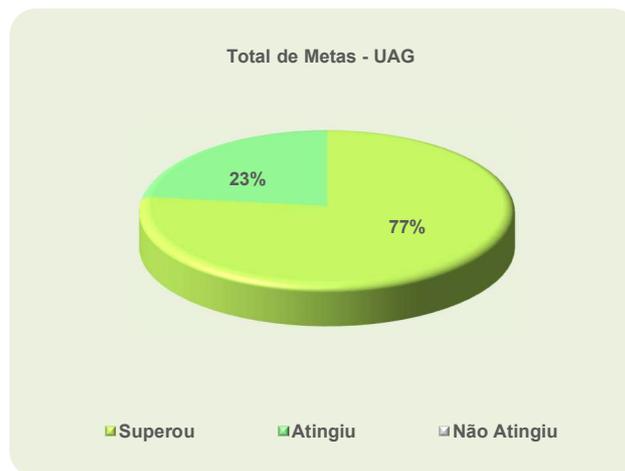
1.3.1.2. - Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)

A Unidade Operacional de Administração Geral compreende:

- A unidade técnica de apoio à UAG;
- A unidade técnico-administrativa de apoio à formação profissional;
- A unidade técnica de recursos humanos
- A secção de processamento de vencimentos
- A secção de expediente
- A secção de divulgação e documentação

A UAG definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 13 atividades.

Das atividades propostas a UAG superou 10 e atingiu 3.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Gestão e Administração de Recursos Humanos

A este objetivo operacional estão afetas as 6 atividades estratégicas:

AE 1- Recolha de dados para a elaboração do mapa previsional de orçamentação de recursos humanos

AE 2- Assegurar a gestão processual de todas as atividades inerentes à gestão de recursos humanos

AE 3- Atualização diária dos processos individuais de cada trabalhador, ficheiro informático ou arquivo.

AE 4 - Gestão do processamento das remunerações e abonos devidos aos trabalhadores do IASAÚDE, IP – RAM

AE 5 - Disponibilizar apoio técnico e administrativo no âmbito da coordenação do Internato Médico, na RAM.

AE 6 - Garantir diariamente a execução de todas as fases integrantes do ciclo de correspondência

Resultados:

AE1 – atividade superada, considerando o planeamento e interação entre os colaboradores.

AE2 – Atividade superada, graças à metodologia e envolvimento da equipa de trabalho.

AE3 – Atividade superada, atendendo à existência de procedimentos definidos; critérios de priorização de tarefas; trabalho de equipa;

AE4 – atividade superada, devido à boa articulação entre os sectores: Recursos Humanos e Vencimentos;

AE5 – Atividade superada – O tempo de elaboração de qualquer tipo de documento relacionado com o internato médico, superou a meta proposta, ao elevado espírito de iniciativa e planeamento.

AE6 – atividade atingida – apesar de recorrentes falhas no programa de registo da correspondência a atividade foi atingida graças à articulação entre os elementos da secção.

Objetivo Operacional 2 - Coordenar, controlar e acompanhar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas

AE 1 - Garantir a máxima organização e atualização do arquivo;

AE 2 - Garantir o sistema de classificação dos documentos no IASAÚDE, IP-RAM.

AE 3 - Tratar, publicar e divulgar - Melhorar e promover a constante atualização na difusão dos recortes de imprensa.

Resultados:

AE1 – atividade superada graças à coordenação e ao empenho da equipa.

AE2 – atividade atingida. A percentagem de documentos classificados manteve-se na percentagem estimada. Os meios informáticos existentes condicionam a superação da atividade;

AE3 – atividade superada, graças à coordenação, planeamento e trabalho de equipa.

Objetivo Operacional 3 – Assegurar a implementação das políticas de RH - Instrumentos de Gestão

A este objetivo estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar o Plano de Atividades da UAG;

AE 2 - Elaborar o Relatório de Atividades da UAG;

AE 3 - Elaborar o Relatório de Atividades da Unidade de Divulgação e Documentação;

AE 4 - Elaborar o Balanço Social do IASAÚDE, IP – RAM.

Resultados:

AE1 – atividade superada devido ao planeamento efetuado, por forma a dar cumprimento aos prazos agendados.

AE2 – atividade superada devido ao planeamento efetuado, por forma a dar cumprimento aos prazos agendados.

AE3 – Atividade atingida. O relatório foi entregue dentro da meta estabelecida.

AE 4 – Atividade superada. Graças à solicitação atempada de todos os contributos e à rápida resposta obtida, o documento final foi entregue atempadamente.

Atividades não estratégicas:

- Dinamizar e assegurar o processo de divulgação de temas consoante as diferentes áreas de interesse/intervenção para o IASAÚDE, IP-RAM;
- Criação e atualização de Modelos/ Minutas do IASAÚDE, IP-RAM;
- Inclusão de informação relevante na página eletrónica do IASAÚDE, IP-RAM.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Gestão e Administração dos Recursos Humanos	6	5	1	-
Coordenar, controlar e acompanhar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação.	3	2	1	-
Assegurar a implementação das políticas de Recursos humanos - Instrumentos de Gestão.	4	3	1	-
TOTAL	13	10	3	

Formação Profissional

Em abril de 2018, o Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, rececionou a aprovação da sua candidatura no âmbito do Programa Madeira 14-20, na tipologia 11.10.57.01 – Formação Profissional da Administração Pública. A candidatura submetida previa um montante de 98.805,77€ tendo sido aprovado o montante de 83.291,28€.

Por forma a abranger o número máximo de formações transversais aos diversos serviços que compõem a Secretaria Regional da Saúde, foi dado seguimento ao procedimento de contratação pública, na qual foram contratualizadas 35 ações das 42 previstas no Plano de Formação da Secretaria Regional da Saúde.

No corrente ano, estava prevista a realização de 6 ações de formação, sendo que só foi possível a concretização de 5, uma vez que a ação de formação “Técnicas dinâmicas de realizar apresentações”, não foi realizada por não ter atingido um número mínimo de formandos.

A par com a atividade formativa do IASAÚDE, decorreram também as ações de formação promovidas pela DRAPMA e as ações promovidas por outras entidades externas, das quais os trabalhadores solicitaram dispensa para a sua frequência, ao abrigo do Decreto Lei n.º 174/2001, de 31/05, que consagra um crédito de 100 horas para autoformação.

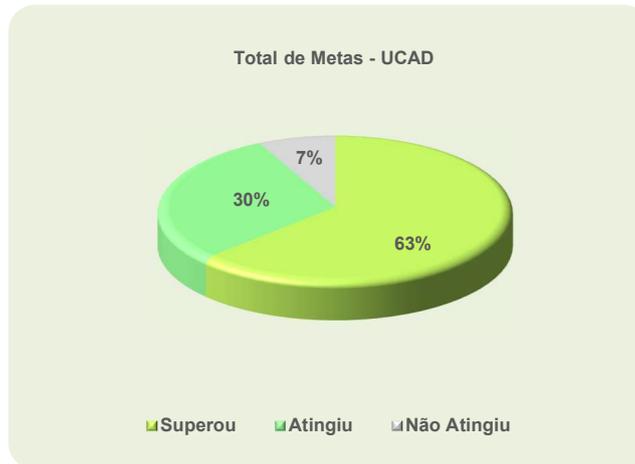
As ações promovidas totalizaram uma carga horária de 112h e conseguiu abranger um número de 64 formandos. Este número de formandos não foi o esperado, considerando que para as ações Gestão de Conflitos e Relações Interpessoais e para a Liderança e Gestão de Equipas estavam previstos 20 formandos para cada uma e apenas obtivemos 14 para cada ação.

Atividade Formativa	Data da realização	Carga Horária	N.º Formandos
33 - Microsoft Word Iniciação	19 a 21 de novembro	21	11
02 - Gestão de Conflitos e Relações Interpessoais	05 a 07 de dezembro	21	14
37 – Otimização e Gestão de Dados em Excel	06 a 11 de dezembro	28	13
04 – Liderança e Gestão de Equipas	11 a 13 de dezembro	21	14
34 – Microsoft Word Avançado	12 a 14 de dezembro	21	12
Total		112	64

1.3.1.3. – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD).

A UCAD definiu 5 objetivos operacionais, para um total de 27 atividades.

Das atividades propostas superou 17, atingiu 8 e não atingiu 2.



Principais resultados alcançados:

Objetivo operacional 1 – Definir uma abordagem equilibrada e integradora, no domínio da redução da procura e redução da oferta dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) com ou sem substâncias, catalisadora do bem-estar social e individual, visando a proteção da saúde pública e segurança.

A este objetivo operacional está associada 1 atividade estratégica:

AE 1 - Elaboração de proposta do Plano Regional para a redução dos comportamentos aditivos e dependências 2018 - 2020 (PRRCAD - RAM)

Resultados:

AE1 - Atividade não atingida. A realização desta proposta foi adiada para 2019 de forma a nos enquadrarmos ao Plano Nacional para a Redução dos CAD, que será revisto em 2020.

Objetivo operacional 2 - Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, visando a promoção da literacia em saúde e melhoria da qualidade de vida.

A este objetivo operacional estão associadas 4 atividades estratégicas:

AE 1- Dinamização do Gabinete de aconselhamento à população em geral (GAP) no âmbito dos CAD e da promoção de estilos de vida saudáveis, através da oferta de uma intervenção de apoio psicossocial a jovens e envolventes;

AE 2 – Produção e divulgação de conteúdos informativos no microsite da UCAD.

AE 3 – Produção de informação regional em diferentes suportes em matéria de SPA e CAD, para entidades regionais e nacionais (brochuras, dashboards, sinopses estatísticas...)

AE 4 - - Participação e colaboração da UCAD com os diversos meios de comunicação social.

Resultados:

AE 1- Atividade superada. Em 2018, o GAP continuou com nºs de atendimentos significativos, abrangendo um total de 39 utentes.

AE2 - Atividade superada. Os acessos mensais ao site da UCAD aumentaram significativamente no ano de 2018, atingindo os 24.001 utilizadores.

AE 3 – Atividade superada. A UCAD produz anualmente guias e outros documentos informativos para o seu público-alvo, e fornece a diversas entidades dados estatísticos avaliativos.

AE 4 - Atividade superada. A colaboração com a comunicação social tem vindo a ser intensificada como forma de informar e sensibilizar a população em geral.

Objetivo Operacional 3 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo.

A este objetivo estão associadas 19 atividades estratégicas:

AE 1 - Realização de ações de sensibilização e informação a diferentes grupo-alvo, em vários contextos, sobre os riscos associados aos CAD;

AE 2 -Promoção da intervenção no âmbito dos problemas ligados ao álcool, através do incremento de parcerias (Fórum Regional Álcool e Saúde Madeira);

AE 3 - Monitorização e avaliação do Programa de Prevenção das Dependências em Contextos Sociais Vulneráveis;

AE 4 - Desenvolvimento, monitorização e avaliação do Programa S(ou)TOP, dirigido aos jovens das instituições tutelares educativas parceiras;

AE 5 - Dinamização, monitorização e avaliação dos projetos de intervenção comunitária "Viver a Prevenção no Imaculado e Viver a Prevenção em Santo António", dirigidos à população em geral, em articulação com as Juntas de Freguesia;

AE 6 - Dinamização, monitorização e avaliação da Campanha "+ Verão...Sem Drogas", em meio recreativo, nos meses de julho, agosto e setembro, em parceria com entidades regionais públicas e privadas;

AE 7 - Dinamização e avaliação da campanha de sensibilização "Comércio Seguro", sobre a alteração à lei do álcool, dirigida aos comerciantes e proprietários de estabelecimentos, nas freguesias da RAM;

AE 8 - Dinamização da intervenção no âmbito das dependências sem substância, através da realização de ações de sensibilização/ informação sobre utilização problemática da Internet e riscos associados, a diferentes grupos alvo, em vários contextos;

AE 9 - Implementação, monitorização e avaliação de projetos e programas de prevenção do consumo de SPA licitas e promoção de competências pessoais e sociais em meio escolar, dirigido aos alunos que frequentam as escolas de 1º Ciclo da RAM;

AE 10 - Dinamização, monitorização e avaliação do "Programa Atlante", dirigido a alunos que frequentam as escolas de 2.º e 3.º ciclo da RAM;

AE 11 - Sensibilização das escolas para a implementação e monitorização do projeto "*Cannabis Abuse Preventivo Programa for Hong Consumes: CAPPYC*", dirigido aos alunos que frequentam as escolas de ensino secundário da RAM;

AE 12 - Dinamização e monitorização do projeto "Juntos na escola...sem Drogas", dirigido aos alunos que frequentam os 10º e 11º anos, nas escolas com ensino secundário e profissional da RAM.

AE 13 - Desenvolvimento, monitorização e avaliação do projeto "#Vibes4U NoDrugs", em contexto recreativo noturno, em articulação com entidades públicas e privadas;

AE 14 - Realização da campanha de sensibilização "Diversão sem riscos", dirigida aos alunos que frequentam o ensino secundário da RAM;

AE 15 - Dinamização de ações de sensibilização/formação dirigidas à comunidade educativa, em contexto universitário, sobre os riscos associados aos CAD;

AE 16 - Planificação e realização de ações de sensibilização e informação sobre riscos associados aos CAD, em parceria com clubes e associações desportivas;

AE 17 - Desenvolvimento, monitorização e avaliação da intervenção no âmbito dos Comportamentos aditivos e dependências no "Dia da Defesa Nacional", dirigido aos jovens com 18 anos;

AE 18 - Dinamização e monitorização do projeto de intervenção em contexto laboral: Uma Pausa para a Prevenção, em parceria com empresas regionais públicas e privadas;

AE 19 - Implementação, monitorização e avaliação de projetos e programas de prevenção de âmbito seletivo, dirigidos a grupos populacionais e/ou contextos específicos.

Resultados:

AE1: Atividade superada - As atividades pontuais, fruto de diversas solicitações, continuam a ser realizadas na íntegra, abrangendo 2138 pessoas em 2018

AE 2 – atividade atingida. Os parceiros, na sua maioria, mantêm os compromissos ativos. Em 2019 será agendada a reunião para definir novos compromissos.

AE 3 – atividade não atingida. Optou-se por elaborar o relatório de avaliação deste Programa após a conclusão do seu horizonte temporal (dezembro de 2019).

AE 4 – atividade atingida. O Programa S(ou)TOP decorreu conforme o plano de atividades, atingindo 150 presenças nas suas ações.

AE 5 – atividade superada. O projeto do Imaculado registou 18 atividades realizadas, enquanto o Projeto de Santo António teve em fase de planeamento para 2019.

AE 6 - atividade superada. Além das atividades dos parceiros e dos projetos da UCAD, realizamos 18 atividades exclusivas da campanha +Verão.

AE 7 - Atividade superada. Foram realizadas ações de sensibilização em superfícies comerciais e distribuição de flyers em barracas de arraiais e praias de 8 Concelhos da RAM.

AE 8 - Atividade superada. As solicitações para sessões no âmbito das dependências sem substância, têm vindo a aumentar, abrangendo 464 pessoas no ano de 2018.

AE 9 - Atividade superada. Abrangemos 12 escolas de 1º Ciclo e 863 alunos no decorrer das atividades dos projetos “Jogos da Prevenção” e “Domicílios e Carros 100% livres de fumo”.

AE 10 - Atividade atingida. O Programa Atlante abrangeu 25 escolas, de 10 Concelhos da RAM, 5911 alunos e 64 professores de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

AE 11 - Atividade superada. O CAPPYC decorreu em 5 escolas do Funchal, 1 da Ponta de Sol e 1 de Santana e abrangeu 889 presenças nas 62 ações realizadas.

AE 12 - Atividade atingida. No âmbito do Juntos na Escola realizamos debates em 4 escolas do Funchal, 1 de Santa Cruz e 1 de Machico, abrangendo 629 alunos.

AE 13 - Atividade superada. O #Vibes4U NoDrugs decorreu nos 11 Concelhos da RAM, abrangendo 4929 pessoas presentes em festas, arraiais e concertos.

AE 14 - Atividade superada. Realizamos 8 sessões nas escolas e 1 sensibilização no aeroporto, abrangendo 1568 alunos finalistas do ensino secundário.

AE 15 - Atividade superada. Foram realizadas 3 ações em sala, na UMa e na ESESJC, e participamos no arraial de receção ao caloiro e na feira do voluntariado da UMa.

AE 16 - Atividade atingida. Abrangemos 340 pessoas em 17 ações realizadas nos clubes e associações desportivas.

AE 17 - Realizamos 75 sessões abrangendo 2495 jovens de 18 anos, presentes no Dia da Defesa Nacional.

AE 18 - Atividade superada. Estivemos presentes em 9 empresas da Madeira, sensibilizando 582 dirigentes e funcionários.

AE 19 - Atividade atingida. Implementaram-se os projetos seletivos “S(ou)TOP”, “Energy 4 Life” e “BE(A)LIVE”.

Objetivo Operacional 4 - Reforçar e consolidar as relações de cooperação com entidades nacionais e internacionais, no contexto dos comportamentos aditivos e dependências.

A este objetivo operacional está associada 1 atividade:

AE 1 - Participação em reuniões/eventos e grupos de discussão interinstitucional de âmbito nacional e internacional, no âmbito dos CAD. Os parceiros, na sua maioria, mantêm os compromissos ativos. Em 2019 será agendada a reunião para definir novos compromissos.

Resultados:

AE1: Atividade superada. A UCAD participou em 10 eventos nacionais e internacionais, destacando-se a apresentação no 3º Congresso SICAD.

Objetivo Operacional 5 - Colaborar na realização de investigações sobre os comportamentos aditivos e dependências.

A este objetivo está associada 2 atividades estratégicas

AE 1 - Participação no Inquérito Nacional sobre comportamentos Aditivos aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional - Comportamentos Aditivos aos 18 anos, em parceria com o Ministério da Defesa Nacional e o SICAD.

AE 2 - Participação no Estudo das dependências na internet em jovens portugueses - Ivone Patrão ISPA-IU.

Resultados:

AE 1 - Atividade atingida. Os dados referentes ao estudo dos jovens que participam no Dia da Defesa Nacional, foram recolhidos na Madeira e Porto Santo, nas datas previstas.

AE 2 - Atividade atingida. Foram feitos todos os contactos necessários e após aprovação ficou decidido começar com a experiência piloto numa escola a designar pela DRE.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Definir uma abordagem equilibrada e integradora, no domínio da redução da procura e redução da oferta dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) com ou sem substâncias, catalisadora do bem-estar social e individual, visando a proteção da saúde pública e segurança.	1	-	-	1
Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, visando a promoção da literacia em saúde e melhoria da qualidade de vida.	4	4	-	-
Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo.	19	12	6	1
Reforçar e consolidar as relações de cooperação com entidades nacionais e internacionais, no contexto dos comportamentos aditivos e dependências.	1	1	-	-
Colaborar na realização de investigações sobre os comportamentos aditivos e dependências.	2	-	2	
TOTAL	27	17	8	2

A intervenção preventiva em 2018.

Foram realizadas um total de 532 intervenções, registando-se 29.348 presenças nos programas, projetos, campanhas e ações pontuais realizadas, que incidiram sobre substâncias psicoativas (SPA) e sobre comportamentos aditivos e dependências (CAD), com ou sem substância, dinamizados pela equipa técnica da UCAD e/ou em parceria com entidades regionais e nacionais, públicas e privadas.

Quadro 2. Intervenção preventiva implementada pela UCAD

	Nº de iniciativas	Nº de pessoas
Intervenção Direta – Técnicos da UCAD	532	22.009
Intervenção Indireta – Técnicos Formados	n/d	7339
TOTAL		29.348

Como se pode verificar através do quadro 2, foram abrangidas um total de 22.009 presenças, nas iniciativas diretamente implementadas por técnicos da UCAD e 7.339 pessoas em atividades dinamizadas por técnicos de entidades parceiras que receberam formação prévia da UCAD no âmbito dos diversos projetos de prevenção. Implementaram-se 443 ações integradas nos programas, projetos e campanhas, abrangendo 19.871 pessoas e 89 ações pontuais, com temáticas diversas e em múltiplos contextos, que abrangeram 2.138 pessoas. Foram realizadas ainda, 84 reuniões com o intuito de planear, monitorizar ou avaliar as intervenções.

Importa realçar que relativamente ao número total de pessoas abrangidas, o mesmo não integra os valores relativos às intervenções na comunicação social, por impossibilidade de quantificar a população abrangida e os 24.001 utilizadores que acederam ao microsite ao longo do ano de 2018.

Quadro 3. Intervenção preventiva implementada nos concelhos da RAM

	Funchal	C. Lobos	R. Brava	P. Sol	Calheta	P. Moniz	S. Vicente	Santana	Machico	S. Cruz	P. Santo	Fora da RAM	TOTAL
Ações	420	18	4	22	7	2	4	13	13	22	4	3	532
Participantes	12768	601	404	629	231	105	334	501	4642	1029	351	414	22009

A intervenção da UCAD dispersa-se pelos 11 Concelhos da Região Autónoma da Madeira, conforme podemos observar no quadro 3. No ano de 2018 existiu maior incidência nos Concelhos do Funchal, Machico e Santa Cruz, estando no polo oposto, Porto Moniz e Calheta. O diretor da UCAD foi preletor no 3º Congresso do SICAD, realizado em Lisboa e esteve presente em congressos, formações e reuniões de trabalho, organizados por entidades nacionais e internacionais, realizados fora da RAM.

Quadro 4. Distribuição do nº de pessoas abrangidas em ações preventivas, por etapa do ciclo de vida e por grupo etário, 2018

		Grupo etário	TOTAL
Etapas segundo o ciclo de vida	Gravidez e Crianças até 3 meses	0	0
	Infância	0 - 4	0
		5 -9	898
	Pré-Adolescência e Adolescência	10 -14	1228
		15 -19	8795
		20 -24	1792
		25 - 29	2337
	Idade Adulta	30 -34	2434
		35 - 39	1869
		40 – 44	972
		45 -49	854
		50 – 54	589
		≥ 55	241
	Velhice	≥ 65	0

De acordo com o quadro 4, os grupos com maior representatividade correspondem às faixas etárias entre os 15 e os 19 anos e entre os 24 e os 34 anos.

Quadro 5. Intervenção preventiva implementada por contexto de intervenção

Contexto de intervenção	Ações¹	Participantes
Comunitário	116	3009
Comunicação Social	32	0
Militar	79	2654
Escolar	191	5801
Desporto	15	303
Familiar	9	189
Laboral	34	582
Recreativo	56	9471
TOTAL	532	22.009

Como se pode verificar através do quadro 5, as ações preventivas distribuem-se pelos vários contextos de intervenção, nomeadamente: comunitário, comunicação social, militar, escolar, desportivo, familiar, laboral e recreativo. Destacam-se com número acrescido de intervenções preventivas realizadas e de participantes alcançados, os contextos comunitário, militar, escolar e recreativo, sendo também os contextos com maior número de programas, projetos e campanhas a decorrer, conforme podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 6. Nº de Programas, projetos e campanhas implementados, por contexto de intervenção

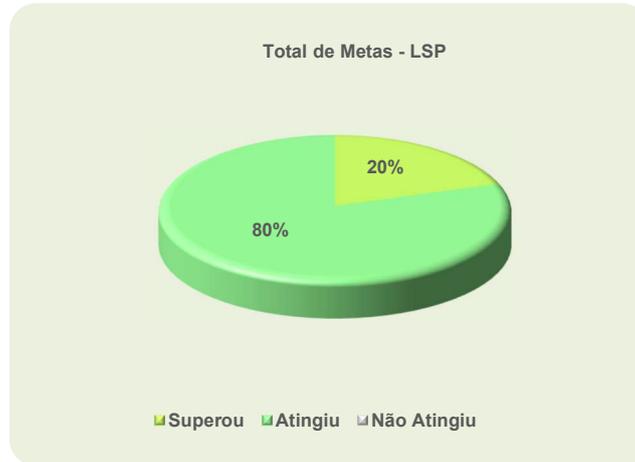
Contextos de intervenção	Nº
Escolar	7
Comunitário	12
Militar	1
Desporto	1
Familiar	0
Laboral	1
Recreativo	4
TOTAL	26

¹ Estas ações incluem ações nos programas, projetos e campanhas, ações pontuais e reuniões com entidades parceiras, para planeamento, monitorização e avaliação das intervenções preventivas.

1.3.1.4 - Laboratório de Saúde Pública (LSP)

O LSP definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 5 atividades.

Das atividades propostas o LSP superou 1 e atingiu 4



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Monitorização da qualidade da água no âmbito da Saúde Pública (vigilância sanitária, serviços à comunidade)

AE1 - Determinação analítica bacteriológica e físico-química de águas (vigilância sanitária e prestação de serviços à comunidade), previstas no calendário.

Resultados:

A atividade foi superada. A atividade foi concluída com uma superação de 11%.

Objetivo Operacional 2 - Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a NP EN ISO/IEC17025/2017

AE 1 - Realização do Controlo de Qualidade Interno na Bacteriologia e Química

AE 2 - Realização do Controlo de Qualidade Externo na Bacteriologia "comparação entre pares"

AE 1 - Determinação analítica bacteriológica de acordo com o plano da vigilância sanitária proposto pela UES com resposta mais rápida para casos de ausência de "Legionella"

Resultados:

AE 1 – Atividade atingida. A atividade de C.Q.I foi cumprida c/ um desvio de 0%;

AE 2 – Atividade atingida. O L.S.P. participou ao longo do ano em 10 ensaios de Avaliação Externa da Qualidade abrangendo todos os parâmetros e todos os tipos de matrizes;

AE 3 – Atividade atingida. O documento foi entregue dentro do prazo estabelecido.

Objetivo Operacional 3 - Estudo de viabilidade de implementação da técnica PCR para pesquisa de "Legionella".

AE 1 - Determinação analítica bacteriológica de acordo com o plano da vigilância sanitária proposto pela UES com resposta mais rápida para casos de ausência de "Legionella".

Resultados:

Atividade atingida. No estudo realizado verificou-se a viabilidade de montagem do PCR para "Legionella" uma vez que 83% das amostras são negativas. Deste caso, o resultado seria dado nas 24 horas seguintes e não nos 10 dias pelo método atualmente usado.

Atividades não estratégicas:

- Previsão dos stocks de reagentes, meios de cultura, consumíveis e material de colheitas;
- Seleção de equipamento de laboratório e manutenção/calibração dos mesmos através de prestação de serviços.
- Indicações e instruções sobre as colheitas aos clientes;
- Validação dos resultados analíticos, sua introdução nos boletins analíticos e apreciação analítica segundo as normas em vigor;
- Formação técnica

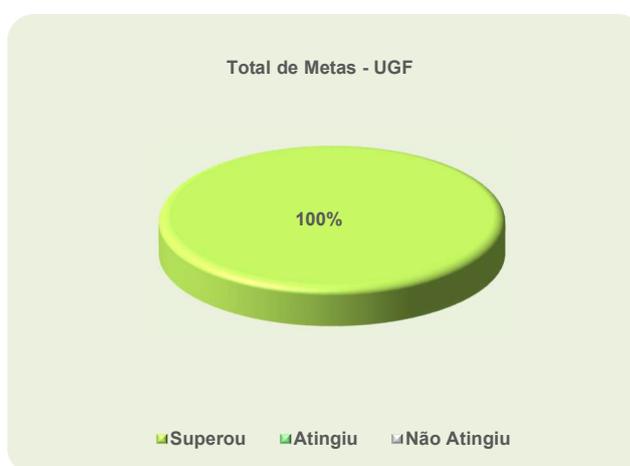
Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Monitorização da qualidade da água no âmbito da Saúde Pública (vigilância sanitária, serviços à comunidade)	1	1	-	-
Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a NP EN ISO/IEC17025/2017	3	-	3	-
Estudo de viabilidade de implementação da técnica PCR para pesquisa de "Legionella"	1	-	1	-
TOTAL	5	1	4	

1.3.2. – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)

O Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC) compreende:

- Unidade Operacional de Contratualização
- Unidade Operacional de Gestão Financeira
- Unidade técnica de apoio à gestão financeira e orçamental
- Tesouraria.

Integra ainda a Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)



A UGF definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 8 atividades.

Superou todas as atividades propostas.

Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 – Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS

A este objetivo operacional estão afetas as 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar os pedidos de fundos necessários à execução do orçamento do IASAÚDE, até ao prazo exigido pela Unidade de Gestão.

AE 2 - Elaborar mensalmente, os pedidos de utilização de fundos necessários à execução do orçamento do IASAÚDE, até ao prazo exigido pela Unidade de Gestão.

AE 3 - Efetuar os pagamentos, até 15 dias úteis após a transferência de verba referente a cada pedido de utilização de fundos.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Os pedidos de Fundos foram efetuados até à data estabelecida.

AE2 – atividade superada. Os pedidos de utilização de fundos foram efetuados sempre antes do prazo estabelecido.

AE3 – atividade superada. 95% dos pagamentos foram executados atempadamente.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP-RAM

A este objetivo operacional estão afetas as 4 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar informações de cabimento das despesas do IASAÚDE, até ao prazo exigido pela Unidade de Gestão.

AE 2 - Lançamento da execução orçamental na plataforma SIGO, conforme prazo estabelecido na Circular n.º 2/ORÇ/2018

AE 3 - Registos dos encargos plurianuais no SCEP/SIGO até ao dia 10 do mês seguinte ao fim do trimestre.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Foram executadas 90% das solicitações.

AE2 – atividade superada. Cerca de 95% da execução orçamental foi lançada na plataforma SIGO.

AE3 – atividade superada. O registo dos encargos plurianuais na plataforma SIGO foi feito dentro do prazo estabelecido para a superação.

Objetivo Operacional 3 – Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE, IP-RAM

A este objetivo operacional estão afetas as 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar os reportes mensais dentro do prazo exigido pela VP.

AE 2 - Elaborar os reportes trimestrais exigidos pela DREM dentro do prazo exigido pela VP.

Resultados:

AE1: atividade superada. Os reportes mensais exigidos pela VP foram normalmente entregues dentro do prazo exigido;

AE2: atividade superada. Todos os dos reportes trimestrais exigidos pela DREM foram entregues à SRF dentro do prazo exigido pela VP.

Relatório de Gestão 2018

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS	3	3	-	-
Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP – RAM	3	3		-
Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE	2	2		-
TOTAL	8	8		-

1.3.2.1 - Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)

A Unidade flexível de sistemas de informação (USI) definiu 3 objetivos operacionais para 2018, distribuídos por 8 atividades.

Foram superadas todas as atividades propostas.



Objetivo Operacional 1 - Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Garantir o suporte técnico dos principais sistemas. Instalação dos novos servidores no Data Center. Instalação do novo sistema de voz (VoIP)

AE 2 - Garantir os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos do IASAÚDE.

AE 3 - Garantir a atualização do Hardware e Software nos sistemas base.

Resultados:

AE1 – atividade superada - o suporte técnico dos principais sistemas foi garantido;

AE2 – atividade superada - Graças ao empenho da equipa foram garantidos os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos deste Instituto, tendo sido superado o grau de execução da atividade;

AE3 – atividade superada - a atualização de hardware e software nos sistemas base superou a meta prevista.

Objetivo Operacional 2 - Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Analisar e implementar melhorias no sistema informático dos reembolsos para simplificar o processo de utilização da ADSE e SRS. AE 2 - Analisar e implementar novas soluções de sistemas de informação para o IASAÚDE.

Resultados:

AE1 – atividade superada - graças ao empenho e ao conhecimento dos elementos da equipa

AE2 – atividade superada.

Objetivo Operacional 3 - Otimizar e desmaterializar os processos internos/externos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos Utentes.

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Assegurar apoio técnico na modernização e simplificação dos processos internos/externo

AE 2 - Assegurar o funcionamento e atualização no PRVR (Portal de Requisição de Vinhetas e Receitas) e da PEM (Prescrição Eletrónica de Medicamentos).

AE 3 - Manter em bom funcionamento os Sistemas de Informação Nacionais em Saúde, com interesse para a RAM, entre eles: RIS; RNU; SICO; RENTEV; SINAVE; SINAVE Lab; PEM (RCP e RSP); PDS.

AE 4 - Atualização dos Utentes no RNU relativamente às Entidades Responsáveis; com o objetivo de melhorar a acessibilidade dos beneficiários.

Resultados

Todas as atividades afetas a este objetivo operacional foram superadas

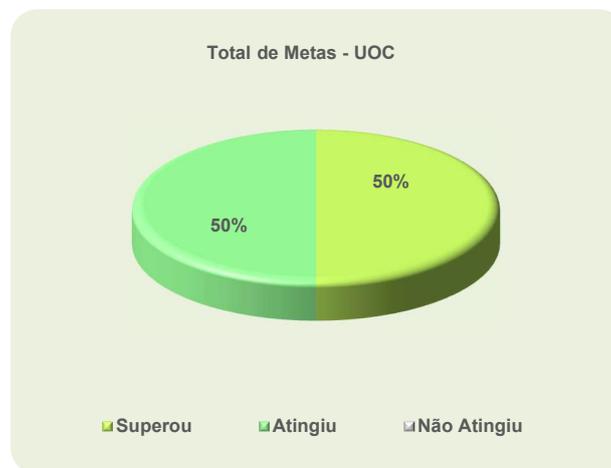
Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Conferência, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)	3	3	-	-
Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados	2	2	-	-
Otimizar e desmaterializar os processos internos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos utentes	3	3	-	-
TOTAL	8	8	-	-

1.3.2.2. – Unidade Operacional de Contratualização (UOC)

A Unidade Operacional de Contratualização compreende:

- A unidade técnica de participações e conferência;
- A unidade técnica de apoio à contratualização.

Para o ano de 2018, a UOC traçou 3 objetivos operacionais que definiram a estratégia da Unidade e estabeleceu 6 atividades estratégicas, superando 3 e atingindo 3.



Objetivo Operacional 1 – Implementação de formas de Financiamento de Cuidados de Saúde

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaboração de protocolos em produção adicional com o SESARAM, EPE

AE 2 - Elaboração de convenções para a prestação de cuidados de saúde com o setor privado

Resultados:

AE1 – atividade superada. Atendendo à continuidade dos protocolos em vigor, que permitem, grosso modo, a sua adaptação às diferentes especialidades, consoante as necessidades do SRS, quer no âmbito do PRC, quer no âmbito do PEACS, e ao facto de a UOC ter sempre em dia a sua conferência, assim como a elaboração dos relatórios exigidos, considera-se o AE1 superado.

AE2 – atividade superada. Considera-se que esta atividade foi superada com a adesão de quatro novos prestadores privados, dois para a realização de Colonoscopias e dois para a realização de Ecografias Mamárias e Mamografias e, bem assim, com o facto de a conferência e realização dos relatórios exigidos terem sido cumpridos na íntegra.

Acresce que em 2018 deu-se início à análise das áreas mais prementes para efeitos de celebração de convenções, dando-se prioridade à área de Cardiologia. Para tal, a UOC elaborou e remeteu para aprovação superior proposta de Convenção para a área de Cardiologia.

Objetivo Operacional 2 – Monitorização da Conferência de MCDT

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas

AE 1 - Monitorização da despesa com produção adicional, convenções e acordos de faturação;

AE 2 - Elaboração do manual de procedimentos para a faturação e conferência para as novas Convenções por área

Resultados:

AE1 – atividade superada. Este objetivo foi superado, com a implementação de novas funcionalidades na aplicação informática de conferência de faturas dos MCDT, com a produção de novos relatórios, notas de lançamento, métrica de avaliação de cumprimento de objetivos dos recursos humanos envolvidos e outra informação consolidada pertinente em diversas áreas como as Cirurgias, Cuidados Respiratórios Domiciliários e Psiquiatria, o que permitiu maior facilidade na elaboração de mapas mensais de conferência, assim como a distribuição uniforme das funções de conferência pelos recursos humanos, permitindo ainda um maior controlo e apuramento dos valores faturados e conferidos, bem como o cumprimento dos prazos de conferência previamente estabelecidos.

A 31 de dezembro de 2018, a UTAC, viu superado o seu objetivo, quanto ao prazo de conferência, com a conclusão da conferência da faturação do mês de novembro de 2018 (com entrada até ao dia 10 de dezembro), o que permitiu o apuramento e o reporte da despesa do IASAÚDE com:

- Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde em produção adicional (PEACS-SESARAM) (n.º 1, Anexo I);
- Programa de Recuperação de Cirurgias (PRC) (n.º 2, Anexo I);
- Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS – Privado) (n.º 3, Anexo I);
- Convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da diálise aos Utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (Convenção – Diálise) (n.º 4, Anexo I);
- Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral (PIPCO-RAM) (n.º 5, Anexo I);
- Acordos de Faturação
 - MCDT (n.º 6.1., Anexo I);

- Outros Cuidados de Saúde (n.º 6.2., Anexo I).
- Reembolsos (ADSE e SRS) (n.º 7, Anexo I);
- Medicamentos (n.º 8, Anexo I).
- Despesa Global

AE 2 – Atividade atingida. No ano de 2018, foi elaborado o manual de procedimentos para a faturação e conferência da Convenção Diálise e estabelecidas as regras de faturação para a Convenção da Cardiologia.

Objetivo operacional 3 - Melhorar a Qualidade do Serviço de Reembolsos

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Implementação dos novos processos ADSE

AE 2 - Gestão das reclamações

Resultados:

AE1: atividade atingida. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, a ADSE, IP passou a ser a entidade responsável pelo pagamento das despesas de saúde do regime livre, do regime convencionado e dos acordos de faturação existentes dos beneficiários ADSE da RAM, com efeitos a 01/01/2018, contudo o IASAÚDE continuou a intermediar a relação entre os beneficiários e a ADSE, IP, rececionando, digitalizando e enviando todos os processos entregues para conferência e pagamento à ADSE, IP, não obstante terem sido oportunamente definidos, divulgados e implementados novos procedimentos de reembolso de despesas de saúde envolvendo tanto o beneficiário da ADSE como os serviços processadores, possibilitando ao beneficiário da ADSE a entrega da documentação de despesas de saúde através da sua digitalização pela ADSE-Direta e posterior envio dos originais da despesa por correio para a ADSE, IP, a entrega dos mesmos junto da sua entidade empregadora que privilegiará a opção da ADSE-Direta remetendo-os digitalmente e por correio à ADSE, IP, ao invés de os enviarem para o IASAÚDE, ou através da utilização dos mecanismos anteriormente implementados dos balcões digitais existentes nos serviços do IASAÚDE ou na Loja do Cidadão, ou no balcão manual do IASAÚDE, ou em última instância pela entrega dos originais dos documentos de despesa ao balcão deste Instituto, procurando desta forma aliviar e não sobrecarregar o serviço de atendimento presencial ao balcão.

No que respeita aos processos de reembolso de despesas de saúde do utente SRS, e por forma a reduzir prazos de análise dos processos, optou-se por processar já ao balcão despesas que anteriormente eram submetidas a autorização superior, como são os casos da medicina dentária, TAC's, próteses auditivas, etc.

Outra medida também implementada diz respeito ao cálculo dos processos de medicina física e reabilitação, em que passamos a lançar apenas os dados numa única fatura (ou documento de quitação), agrupando as quantidades dos restantes naquele único documento. Esta alteração reduziu a morosidade no processo de cálculo deste tipo de cuidado, bem como a redução ao nível de folhas utilizadas, acelerando, desta forma, a conclusão da análise documental, e consequentemente o reembolso da despesa.

Durante o ano de 2018, verificou-se uma utilização crescente dos mecanismos alternativos de entrega da documentação de despesas de saúde, demonstrativo da adesão dos utentes, possibilitando em simultâneo a redução das filas e dos tempos de espera para o utente o que significou uma melhoria do seu conforto, e a obtenção de maior eficiência e celeridade processual, possível pelo adequado enquadramento e esclarecimento dos pedidos de reembolso de despesas de saúde.

AE2: atividade atingida. Compete à UTR assegurar o acesso ao Livro de Reclamações do IASAÚDE e informar sobre os factos ou situações objeto de reclamação.

No ano de 2018 foram apresentadas 22 reclamações no Livro deste Instituto, bem como 3 elogios a trabalhadores da UTR.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Implementação de formas de Financiamento de Cuidados de Saúde	2	2	-	-
Monitorização da Conferência de MCDT	2	1	1	-
Melhorar a Qualidade do Serviço de Reembolsos	2	-	2	
TOTAL	6	3	3	-

1.3.3. - Gabinete Jurídico (GJ)

O Gabinete Jurídico definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2016, aos quais foram associadas 8 atividades.

Todas as atividades foram superadas.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Resposta a processos de reclamações no âmbito do livro de reclamações e do livro amarelo da administração pública.

AE 2 - Pareceres no âmbito da atividade farmacêutica

AE 3 - Pareceres no âmbito da atividade de licenciamento e contratualização, juntas médicas da ADSE, medicina do trabalho e de natureza genérica.

Resultados

AE1 – atividade superada. Todas as reclamações foram concluídas no ano de 2018 e adentro dos prazos conferidos e legais, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não tendo existido fatores internos e/ou externos que obstaculizassem a superação da atividade.

AE2 – atividade superada. Todos os pareceres foram concluídos no ano de 2018, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não havendo fatores internos e/ou externos impeditivos, com vista à superação da atividade.

AE3 – atividade superada. Todos os pareceres foram concluídos no ano de 2018, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não havendo fatores internos e/ou externos impeditivos à superação da atividade.

Objetivo Operacional 2 - Feitura de propostas com caráter normativo ou contratual

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas

AE 1 - Elaboração de despachos, contratos, protocolos, convenções, regulamentos, circulares normativas e outros documentos de natureza jurídica análoga.

AE 2 - Resposta a reclamações, recursos hierárquicos, contenciosos e juntas médicas de recurso

AE 3 - Elaboração de projetos ou propostas de lei.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Todos os atos normativos/regulamentares foram concluídos adentro do prazo conferido, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e porquanto não existiram fatores internos e ou externos impeditivos;

AE2 – atividade superada. Todas as respostas foram executadas com observância dos prazos conferidos e legais.

AE3 – atividade superada. Todos os atos normativos/regulamentares foram concluídos no prazo conferido, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e uma vez que não existiram fatores internos e/ou externos impeditivos à sua consumação.

Objetivo Operacional 3 - Participar e apoiar tecnicamente em grupos de trabalho interna e externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância, disciplinares e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Participação e apoio técnico-jurídico de projetos no âmbito da atividade do IASÚDE, IP-RAM, bem como na apresentação de propostas em grupos de trabalho.

AE 2 - Assessoria técnica, participação em júris no âmbito do recrutamento de pessoal e da contratação pública, bem como na apresentação de propostas de aquisição de bens e serviços.

Resultados:

AE1 – atividade superada. A meta da atividade foi superada devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa, não tendo existido fatores internos e/ou externos impeditivos da sua execução.

AE2 – atividade superada. A meta da atividade foi superada devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa, não tendo existido fatores internos e/ou externos impeditivos da sua execução.

Atividades não estratégicas

Informações de carácter técnico-jurídico prestadas interna ou externamente por forma presencial, via telefónica ou por correio eletrónico.

Organização e arquivo de acervo documental atinente à produção jurídica resultante da atividade do GJ.

Organização de livros e manuais do GJ.

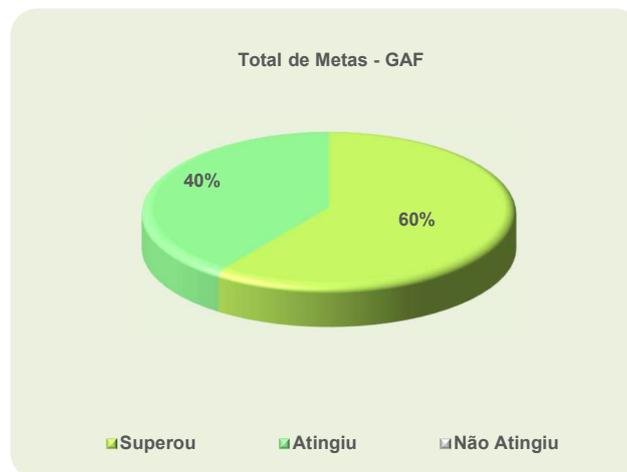
Realização de processos de averiguações, sindicância, inquérito e disciplinares, e levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional, sempre que ocorram.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.	3	3	--	-
Feitura de propostas com carácter normativo ou contratual.	3	3	-	-
Participar e apoiar tecnicamente em grupos de trabalho interna e externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância, disciplinares e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional	2	2	-	-
TOTAL	8	8	-	-

1.3.4. - Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)

O Gabinete de Assuntos Farmacêuticos definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2018, aos quais foram associadas 5 atividades.

Das atividades propostas, o GAF superou 3 e atingiu 2.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Análise e emissão de pareceres de licenciamento de novas farmácias, de transferências e de obras, de grossistas, de locais de venda de MNSRM e outros, bem como para obtenção de autorizações para aquisição de medicamentos e substâncias controladas e de dispensa de medicamentos ao domicílio e através da internet

AE 2 - Realização das vistorias solicitadas no âmbito de licenciamentos

Resultados:

AE1 – atividade superada. Superação em +15% da meta prevista, visto estarem proporcionadas as condições favoráveis.

AE1 - atividade superada. Superação em +15% da meta prevista, visto estarem proporcionadas as condições favoráveis.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento

A este objetivo operacional está afeta 1 atividade estratégica:

AE 1 - Inspeccionar os estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento

Resultado:

AE1 – atividade atingida. Foram efetuadas 20 inspeções, pelo que o resultado previsto foi alcançado.

Objetivo Operacional 3 - Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Ações de âmbito técnico-normativas dirigidas aos profissionais de saúde e estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento, e no âmbito da promoção do uso racional de medicamentos e da farmacovigilância.

AE 2 - Elaboração de pareceres e informações no âmbito dos assuntos farmacêuticos e respetiva legislação.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Foram efetuadas 10 ações durante o ano de 2018, o que ultrapassou a previsão efetuada.

AE2 – atividade atingida. Foram elaborados 4 pareceres e informações.

Atividades não estratégicas:

Manutenção e atualização dos arquivos e ficheiros dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento e dos farmacêuticos;

Manutenção e atualização das listagens de estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento e divulgação na página da internet;

Monitorização e dinamização dos processos relativos aos incumprimentos verificados com o objetivo da sua regularização;

Verificação do cumprimento do registo e entregas do movimento das substâncias controladas pelos estabelecimentos a tal obrigados;

Verificação do cumprimento do registo e entregas do movimento das vendas de MNSRM pelos locais de venda;

Prestação das informações solicitadas por profissionais de saúde e público em geral, interna e externamente, presencialmente, por via escrita, telefónica ou internet;

Ações no âmbito de grupos de trabalho e de júris;

Dinamização da implementação e acompanhamento do Projeto Via Verde de medicamentos na Região Autónoma da Madeira.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	2	2	-	-
Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	1	-	1	-
Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos	2	1	1	-
TOTAL	5	3	2	-

II - Modernização Administrativa

O IASAÚDE, IP-RAM, tem sido seguido a tendência de minimizar os gastos e simplificar procedimentos, tentando aplicar e desenvolver um conjunto de medidas/iniciativas de modernização e simplificação administrativa, para serem implementadas e seguidas pelos colaboradores com vista à simplificação, redução de custos e de tempo e a satisfação dos nossos clientes:

- Arquivo digital e gestão documental de processos – criação de backups diários e de pastas no servidor por forma a permitir maior capacidade de armazenamento;
- Execução dos procedimentos administrativos utilizando a via digital – procede-se à digitalização dos documentos e são colocados nas pastas da partilha;
- Disponibilizar novos serviços eletrónicos e contribuir para a desburocratização e inovação dos serviços existentes – acesso ao email institucional, criação de novas funcionalidades na página eletrónica ao nível dos reembolsos e da instalação de um balcão eletrónico para digitalização dos documentos pelo próprio utente – um na sede deste Instituto outro na loja do cidadão;
- Melhorar a qualidade do atendimento, com o objetivo de aferir a perceção dos clientes dos serviços públicos e simplificar o acesso dos cidadãos aos nossos serviços;
- Desmaterialização dos processos;
- Privilegiar a comunicação online;
- Utilização de pastas de partilha.

II – Análise Económica e Financeira

Contexto

Em 2018 consolidou-se, definitivamente, a trajetória seguida desde 2012 que, ano após ano, tem sido sucessivamente referida nos Relatórios de Gestão deste Instituto, assentando em duas premissas:

1. Não aumentar a dívida corrente, com pagamentos regulares e constantes aos fornecedores;
2. Abatimento da dívida de anos anteriores.

E essa trajetória assume um caráter definitivo, porque assistiu-se ao pagamento de 1,5 ME referente à dívida para com a OCEANOS – Associação de Solidariedade Social, IPSS, cuja antiguidade era de assinalar. A mesma remontava aos anos de 2011 e 2012 e resultava de um Acordo de Cooperação celebrado em 25 de fevereiro de 2011. Pretendia-se com este acordo, entre outras situações, criar condições de internamento para utentes do Serviço Regional de Saúde na situação de ALTAS PROBLEMÁTICAS no estabelecimento ATALAIA (no Caniço), sendo que, o mesmo decorreu até dezembro de 2012.

A vigência do acordo foi problemática. Por um lado, vigorou durante o PAEF. O que comprometeu os pagamentos regulares por parte do Governo Regional da Madeira. Por outro, registaram-se diversos problemas ao nível da cúpula dirigente da Associação que condicionaram o regular funcionamento da instituição.

Fruto desta conjugação de fatores o Acordo cessou então em dezembro de 2012, ficando o referido montante por pagar.

Os motivos que ditaram esta demora em pagar o montante em dívida, resultam da indefinição que se gerou após o encerramento da instituição, dado ter-se verificado um vazio diretivo da OCEANOS posterior ao encerramento. Com isso, deixou de haver interlocutor com o IASAÚDE, IP-RAM. O que originou a cessação de pagamentos. Apesar da dívida existir e ser reconhecida.

Apenas em outubro de 2013 deu entrada uma notificação do Administrador de Insolvência nomeado a exigir o pagamento acrescido de juros de mora. E foi aqui que se gerou um processo de contencioso que culminou com um processo no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal. O motivo do contencioso resultava nos juros de mora reclamados. O IASAÚDE, IP-

RAM nunca colocou em causa o reconhecimento do valor em dívida (porque os serviços foram efetivamente prestados). Mas entendia não haver lugar à cobrança de juros de mora (que ultrapassavam os 700 m€). O processo arrastou-se até 2018, sendo que, houve lugar a um acordo entre as partes (homologado pelo tribunal) que encerrou o processo e conduziu ao já referido pagamento.

Este pagamento assume um carácter simbólico pois permite encerrar “definitivamente” os anos complicados que conduziram ao PAEF.

De recordar que em 2017, havíamos efetuado o pagamento antecipado dos dois restantes Acordos de Regularização de Dívida com as Instituições bancárias “Caixa geral de Depósitos - CGD” e “Banco Millennium BCP”.

Outro aspeto que gostaríamos de destacar em 2018 (embora não relacionado com o impacto financeiro que gerou), prende-se com o facto de, com a publicação do Decreto-Lei n.º 33/2018 (que consagra a 19.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83), o IASAÚDE, IP-RAM ter deixado de ser a entidade responsável pela assunção do pagamento dos cuidados de saúde no âmbito do regime livre dos beneficiários da ADSE dos serviços regionalizados, passando esse encargo a ser da inteira responsabilidade da ADSE, IP.

Ao mesmo tempo, a comparticipação no preço dos medicamentos dispensados aos beneficiários da ADSE passou a ser responsabilidade do IASAÚDE, IP-RAM. Neste caso, e como é referido no Relatório n.º 12/2015 – 2ª Secção estes “...encargos que têm de ser financiados por receitas gerais provenientes dos impostos, e que, a serem suportados pelos quotizados da ADSE, os sujeita a uma dupla tributação do rendimento, os seguintes: a comparticipação do Estado no preço dos medicamentos”.

Era uma situação há muito aguardada, e consolidou o previsto no memorando de entendimento celebrado em setembro de 2015 entre a RAM e a República.

Embora esta transferência de responsabilidades não tenha representado um acréscimo significativo de custos para o IASAÚDE, dados os montantes pagos de reembolsos e os pagos de medicamentos serem semelhantes constituiu sem dúvida um fator de grande pressão sobre este Instituto. Muitas das vezes, quando o comum do cidadão se refere a este organismo, refere-se como sendo a “ADSE”, e não como o IASAÚDE. Resulta esta situação de uma lógica de décadas em que o trabalho visível para a opinião pública confundia-se quase exclusivamente com estes pagamentos. Apesar de serem igualmente pagos reembolsos aos

utentes do Serviço Regional de Saúde (para além de outras múltiplas competências). Isto provocou um cenário de intensa convulsão ao longo do primeiro semestre: quer mediático, quer político. Originando inclusive uma Comissão Parlamentar de Inquérito para se discutir esta questão.

Foi sem dúvida uma alteração marcante ao nível do *modus operandi* deste Instituto, e que marcou e continuará a marcar a lógica diária deste Instituto.

Importa referir, apesar de tudo, que em 2018 ainda foram pagos reembolsos da ADSE. Os mesmos referem-se a prestações realizadas aos beneficiários ADSE no ano de 2017. No entanto e considerando que os beneficiários dispõem de 6 meses para entregar as despesas para reembolso, coube ao IASAÚDE, o reembolso destas despesas no início de 2018.

Finalmente, e em termos de destaques ocorridos durante o ano de 2018, tivemos a implementação do novo sistema contabilístico SNC-AP. Foi um processo muito moroso e complexo, face aos inúmeros documentos/processos com que este Instituto se confronta. Inclusive, após o encerramento do ano houve que efetuar um processo de conferência de todo o ano de 2018 que motivou que a entrega da Conta de Gerência tivesse sido adiada.

Assim, importa agora perspetivar o futuro. Futuro esse muito condicionado pelo cenário político que se vai desenhar a partir de outubro de 2019. Apesar da situação muito mais desanuviada, a apreensão continua a pairar. A crescer a todas as competências que este Instituto detém (e que originam o grande volume de despesa que se sabe), gostaríamos de destacar dois aspetos que constituem enormes desafios com que os responsáveis políticos se confrontarão no futuro:

1. Decréscimo constante da taxa de natalidade;
2. Envelhecimento da população.

A conjugação destes dois fatores implicam políticas firmes e corajosas. Políticas essas que implicam naturalmente mais despesa pública.

No caso do ponto 2, o IASAÚDE detém competências ao nível da “Rede Regional de Cuidados Integrados”. A REDE baseia-se num modelo de intervenção articulada e integrada dos setores da saúde e da segurança social, visa a prestação de cuidados de saúde e de apoio social, e assenta num plano individual de intervenção, centrado na melhoria das condições de vida e bem-estar das pessoas em situação de dependência ou na sua recuperação global, onde os cuidados são entendidos como um processo terapêutico e de apoio social, ativo e contínuo,

garantindo-se a flexibilidade e sequencialidade na articulação nas unidades e equipas de cuidados continuados integrados da REDE.

São sobejamente conhecidos os problemas com que o SESARAM se confronta ao nível dos utentes em situação de altas problemáticas. Utentes que, por diversas razões, não têm condições de voltar aos seus lares. E com o envelhecimento da população, estes são cada vez mais.

Há que encontrar soluções, ao nível dos estabelecimentos que alberguem estas pessoas. E isto tem um custo. Muito alto. Uma cama por cada um destes doentes é muito cara (nunca abaixo dos € 60 diários).

É, pois, um grande desafio. Porque as limitadas disponibilidades orçamentais e financeiras da RAM continuam a constituir um grande problema. O esforço para manter o sistema a funcionar é grande. Diríamos hercúleo. O debate à volta do financiamento da saúde é algo que deve continuar. Se possível imune a controvérsias políticas (que só desestabilizam).

O enfoque tem de estar (como sempre esteve) na eficaz e eficiente prestação de cuidados de saúde à população. O ponto de equilíbrio passa por assegurar este desígnio com as limitações conhecidas. Veremos o que os anos vindouros nos irão trazer.

Entrando agora na parte mais técnica do Relatório, é imperioso fazer uma ressalva. Em 2018, com a passagem para SNC-AP, assiste-se a uma mudança de paradigma no que ao raciocínio contabilístico diz respeito. De maneira que se torna difícil fazer comparações evolutivas face aos anos anteriores face à mudança de critérios. Mas tentaremos, dentro da medida do possível, apresentar uma situação evolutiva por grandes rubricas. Mesmo correndo o risco de, em alguns casos, as rubricas serem de difícil comparação. Assim, assiste-se, pelo sétimo ano consecutivo a um Resultado Líquido positivo. Na ordem dos 17,4 ME. Embora este resultado seja inferior aos registados nos anos mais recentes, não deixa, uma vez mais, de ser um indicador muito positivo. Consequentemente, e uma vez mais, temos uma redução do Passivo face ao ano anterior de 19 ME. O património líquido é positivo, ascendendo a 19,9 ME. Em 2017, o capital próprio era negativo em -600 milhares.

Indicadores

O seguinte quadro reflete os indicadores económicos e financeiros que compõem o balanço e a demonstração de resultados por natureza, cuja situação a 31.12.2018 foi a seguinte:

Indicadores Económicos e Financeiros

Designação				(euros)	
	2016	2017	2018	Var. 17/18	%
Total de Rendimentos ^{a)}	284.964.904,64	310.594.802,17	305.458.721,07	-5.136.081,10	-2%
Total de Gastos ^{b)}	267.419.635,09	279.830.450,94	304.337.423,70	24.506.972,76	9%
Resultados Líquidos	17.545.269,55	30.764.351,23	1.121.297,37	-29.643.053,86	-96%
Auto Financiamento	17.571.796,21	30.846.570,66	1.156.401,75	-29.690.168,91	-96%
Activo Líquido	587.765,77	27.842.104,18	15.680.020,72	-12.162.083,46	-44%
Imobilizado Líquido	98.179,29	94.440,19	342.560,67	248.120,48	263%
Património Líquido ^{c)}	-31.369.658,29	-605.307,06	747.762,86	1.353.069,92	224%
Passivo	31.957.424,06	28.447.411,24	14.932.257,86	-13.515.153,38	-48%

a) Antes Proveitos

b) Antes Custos

c) antes "Capital Próprio"

Os dados constantes deste mapa refletem o que já foi referido anteriormente:

- Um Resultado Líquido do Exercício positivo de 1,1ME (na linha dos resultados registados nos últimos anos). Apesar de tudo, e como já referimos, regista-se um decréscimo de 96% face a 2017;
- Redução do Passivo em 14,9 ME (continuando o decréscimo registado desde 2012);
- Uma variação positiva do património Líquido em 1,3 ME.

Abordando o fenómeno associado à redução do Resultado líquido do Exercício face aos anos anteriores, o mesmo prende-se com a redução dos rendimentos. Com efeito, nos anos mais recentes, o IASAÚDE, IP-RAM pagou muita dívida acumulada (especialmente através de Acordos de Regularização de dívida). Para tal, arrecadou montantes significativos de receita provenientes do Governo Regional da Madeira, registados nos anos em que os mesmos foram rececionados. Enquanto que os gastos associados a essas dívidas haviam sido registados nos anos de assunção dessas despesas. Ora, em 2018, essa dívida estava praticamente paga. Como já foi referido, da dívida antiga subsistente, foi paga a OCEANOS que contribui para este RLE positivo. Pelo que os custos mantiveram-se constantes e o montante de proveitos diminuiu.

Relativamente aos gastos financeiros suportados em 2018, tivemos a seguinte variação face a 2017:

(euros)

Gastos Financeiros	Valor		Var. 17/18	
	2017	2018	Valor	%
Gastos Financeiros	581.391,34	182.976,87	-398.414,47	-69%
	581.391,34	182.976,87	-398.414,47	-69%

Apesar desta variação negativa do valor assumido com os gastos financeiros não ter uma grande preponderância no total da redução de gastos, a mesma reflete o grande esforço que tem sido desenvolvido em termos da redução da dívida, isto é, quanto menor for esta, menor será o custo associado ao serviço da dívida. E este é sem dúvida um indicador manifestamente positivo. Voltamos a referir o panorama em 2012. Então, face ao elevadíssimo valor da dívida – 485 ME(!) – foram suportados, nesse ano, custos financeiros da ordem dos 6 ME. É, inequivocamente, um indicador que vale mais que mil palavras.

Na restante estrutura de gastos, tivemos o seguinte cenário:

(euros)

	Valor	Peso
6.2.1.1.1 Meios Complementares de Diagnóstico	8.521.115,55	12%
6.2.1.1.2 Meios Complementares de Diagnóstico	9.395.571,27	13%
6.2.1.1.3 Produtos Vendidos Farmácias	36.763.876,90	52%
6.2.1.1.6 Internamentos	14.771.179,39	21%
6.2.1.1.9 Outros	969.764,62	1%
Total	70.421.507,73	

O detalhe destas rubricas pode ser encontrado no balancete constantes dos mapas globais da conta de gerência. Normalmente apresentávamos a variação destas rubricas face ao ano anterior. Contudo, por força das dificuldades referidas anteriormente, não conseguimos apresentar essas diferenças este ano. A rubrica com maior peso é, indiscutivelmente, os produtos vendidos nas farmácias, com 52% do total.

Análise Económica

Análise da Demonstração de Resultados por Natureza

Designação	2016	2017	2018	(euros)	
				Var. 17/18	%
Resultados Operacionais	-3.207.564,65	4.657.711,55	1.118.281,85	-3.539.429,70	124%
Resultados Correntes	-4.467.653,84	4.076.320,21	1.121.297,37	-2.955.022,84	-72%
Resultado Líquido	17.545.269,55	30.764.351,23	1.121.297,37	-29.643.053,86	104%

Este é um dos tais mapas de difícil comparação, face à mudança de estrutura da Demonstração de Resultados (agora Demonstração de Resultados por Natureza).

Talvez o único critério comparável seja mesmo o Resultado Líquido do Exercício. Há que salientar que a existência de resultados positivos ou negativos, está sempre muito condicionado à disponibilização de verbas por parte do Governo Regional. Como tal, o IASAÚDE, IP-RAM, por não conseguir gerar receitas próprias significativas, está sempre muito dependente dessa disponibilização de verbas para atingir um patamar de equilíbrio financeiro.

Receitas Próprias

A propósito do que foi referido no parágrafo anterior, as receitas próprias do IASAÚDE, IP-RAM consistem basicamente em três fontes: venda de vinhetas de autenticação de prescrição (as vulgares etiquetas de códigos de barras que são apostas nas receitas médicas); receituário médico; cobrança de taxas.

Comparativamente com o ano anterior, tivemos o seguinte cenário:

Designação	2017	2018	(euros)
			Var. 17/18
Receitas Próprias	214.824,66	241.732,76	13%

Temos um acréscimo de 13% face ao ano anterior.

Facilmente se constata que esta receita é diminuta para fazer face às despesas correntes do IASAÚDE, IP-RAM.

Análise dos Gastos

Neste capítulo, abordamos uma série de Gastos cuja comparação com os anos anteriores enferma do problema já referido anteriormente. De maneira com não a fazemos por rubricas do SNC-AP, mas tendo em conta as designações para se ter uma perspetiva da dimensão evolutiva.

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços a estrutura de Gastos é a seguinte:

Análise Aos Fornecimentos e Serviços Externos

FSE	Valores				Variação 2017/2018 (euros)	
	2017	%	2018	%	Absoluta	%
	Fornecimentos e Serviços	1.724.365,65	100%	2.050.045,07	100%	325.679,42
Fornecimentos e Serviços I	119.283,38	7%	87.042,01	4%	-32.241,37	-27%
Fornecimentos e Serviços II	99.987,09	6%	102.076,99	5%	2.089,90	2%
Fornecimentos e Serviços III	1.401.686,81	81%	1.760.354,80	86%	358.667,99	26%
Outros Fornecimentos e Serviços	103.408,37	6%	100.571,27	5%	-2.837,10	-3%

Os Fornecimentos e Serviços I, em 2018, são responsáveis por 5% do total, com € 112 milhares. Esta rubrica compreende os custos do fornecimento de bens e serviços, nomeadamente, eletricidade, combustíveis, água e outros (onde se incluem os livros e documentação técnica, material de escritório e rendas).

Os Fornecimentos e Serviços II são responsáveis, em 2018, por 5% dos FSE e perfazem o montante de € 102 milhares.

Esta rubrica compreende os gastos com despesas de representação, comunicação, seguros, deslocações e estadas e honorários.

Os Fornecimentos e Serviços III ascendem, em 2018, a 85% do total, perfazendo o montante de 1,7 ME. Nesta rubrica, destacam-se os seguintes serviços:

- Centro de Conferência de Faturas – A faturação das farmácias passou a ser conferida externamente pelo Centro de Conferência da Maia, à semelhança do que se passa com o restante território continental;
- Hepatite C – A Região Autónoma da Madeira aderiu ao programa de âmbito nacional de tratamento de doentes da Hepatite C, tendo replicado o mesmo circuito financeiro. Nesse circuito o IASAÚDE, IP-RAM surge como a entidade financiadora do programa e o SESARAM como entidade prestadora.

De referir que o substancial aumento de 27% comparativamente com o ano anterior prende-se essencialmente com o aumento de despesa no âmbito dos tratamentos da Hepatite C.

Esta rubrica compreende ainda os custos destinados à prestação de serviços, designadamente, despesas de conservação e reparação, trabalhos especializados, publicidade e propaganda, limpeza higiene e conforto, vigilância e segurança, e outros fornecimentos e serviços.

Ao nível das rubricas de trabalhos especializados, tivemos a seguinte situação:

Análise Comparativa da rubrica Trabalhos Especializados

(euros)

Designação	Valores				Variação 2017/2018	
	2017	%	2018	%	Absoluta	Relativa
Trabalhos Especializados	1.371.290,74	100%	1.729.264,76	100%	357.974,02	26%
Serv. Informática	17.019,05	1%	17.830,43	1%	811,38	5%
Outros Trabalhos Especializados	1.315.866,85	96%	1.654.154,43	96%	338.287,58	26%
Assistência Técnica	33.128,85	2%	47.357,44	3%	14.228,59	43%
DFP - Comparticipado	0,00	0%	3.840,00	0%	3.840,00	0%
Emolumentos - Tribunal de Contas	4.186,59	0%	2.353,35	0%	-1.833,24	-44%
Formação, Seminários, simpósios	1.089,40	0%	3.729,11	0%	2.639,71	100%

Em 2018, os Trabalhos Especializados atingiram o montante de € 1,7 ME. Destaca-se a rubrica 622365 – Outros trabalhos especializados. O montante significativo em 2018 foi já explanado no ponto anterior.

Ao nível dos gastos com o pessoal, tivemos o seguinte cenário:

(euros)

Rubricas	Designação	Valores				Variação 2017/2018	
		2017	%	2018	%	Absoluta	Relativa
63	Custos com o Pessoal	4.444.923,20	100%	4.500.665,26	100%	55.742,06	1%
631	Órgãos Sociais Vencimentos	184.202,13	4%	176.786,67	4%	-7.415,46	-4%
632	Remunerações Base	3.453.035,12	78%	3.291.547,27	73%	-161.487,85	-5%
6331	Pensões	8.601,08	0%	8.840,72	0%	239,64	3%
635	Encargos Sobre Remunerações	780.260,67	18%	998.150,92	22%	217.890,25	28%
6372	Encargos Sociais Voluntários	48,00	0%	48,00	0%	0,00	0%
a)	Outras Despesas com o Pessoal	18.776,20	0%	25.291,68	1%	6.515,48	35%

a) 6361/62212/631191/632299

Os gastos com o pessoal do IASAÚDE, IP-RAM, totalizaram, no ano económico de 2018, € 4,5 milhões, representando um acréscimo de 1% face ao período homólogo.

Naturalmente que a rubrica com maior peso é a 632 – Remunerações Base com 73% do total, que se decompõe da seguinte forma:

(euros)

Designação	Valores		Variação 2017/2018	
	2017	2018	Absoluta	Relativa
Remunerações Base	2.756.208,11	2.729.822,03	-26.386,08	-1%
Suplementos de remunerações	230.011,95	221.477,31	-8.534,64	-4%
Horas Extraordinárias	2.450,15	10.429,78	7.979,63	326%
Subsídio de refeição	159.650,75	160.398,90	748,15	0%
Ajudas de custo	2.829,83	1.767,26	-1.062,57	-38%
Outros Suplementos	65.081,22	48.317,47	-16.763,75	-26%
Prestações Sociais	14.030,26	13.627,45	-402,81	-3%
Subsídio de Férias e Natal	452.784,80	470.347,56	17.562,76	4%

Análise Financeira

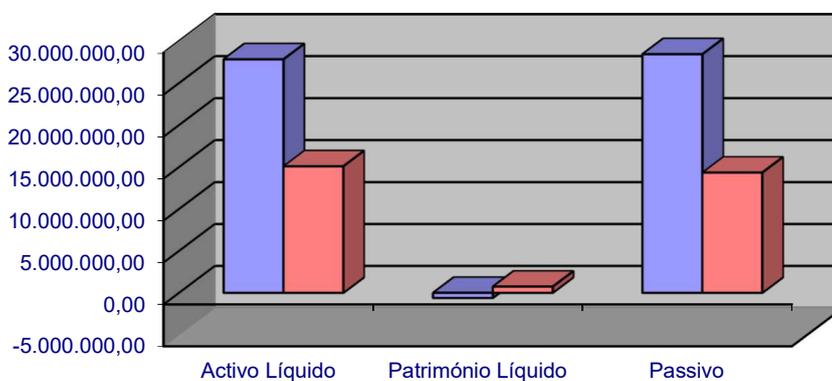
O Ativo do IASAÚDE, IP-RAM é constituído da seguinte forma:

	(euros)		
	Ativo Bruto	Amortizações	Ativo Líquido
Edifícios e outras construções	34.550,42	19.725,01	14.825,41
Equipamento básico	98.695,49	83.848,24	14.847,25
Equipamento administrativo	733.303,93	562.600,33	170.703,60
Outros ativos fixos tangíveis	67.680,05	28.917,95	38.762,10
Ativos intangíveis	429.660,58	326.238,27	103.422,31
TOTAL	1.363.890,47	1.021.329,80	342.560,67

Dada a especificidade do IASAUDE, IP-RAM, nomeadamente pelo facto de se revestir da natureza de Instituto Público, não dispondo das exigências de capital como se de uma entidade empresarial se tratasse, o efeito dos resultados líquidos do exercício e de exercícios anteriores, refletem-se na estrutura do capital:

Estrutura Financeira

Designação	2017	2018	Variação 2017/2018	
			Absoluta	Relativa
Activo Líquido	27.842.104,18	15.680.020,72	-12.162.083,46	-44%
Património Líquido	-605.307,06	747.762,86	1.353.069,92	-224%
Passivo	28.447.411,24	14.932.257,86	-13.515.153,38	-48%



A estrutura financeira do IASAÚDE, IP-RAM apresenta um passivo de € 14,9 milhões e um activo líquido de € 15,8 milhões. O património líquido apresenta um valor positivo de € 747,7 milhares.

O passivo regista, para além das rubricas de acréscimos e diferimentos, os encargos assumidos e não pagos do ano 2018.

Análise do Mapa de Fluxos de Caixa

		(euros)	
	Designação	2018	
		Valor	%
Principais Recebimentos	Transferências Correntes		
	Funcionamento Normal - Pessoal	4.565.689,74	1,43%
	Funcionamento Normal - Outras Despesas Correntes	71.358.241,46	22,34%
	Funcionamento Normal - Outras Despesas Correntes - SESARAM	239.082.283,96	74,84%
	Funcionamento Normal - Estado	1.055.300,61	0,33%
	Transferências de Capital	1.940.568,69	0,61%
	Receitas Próprias	241.732,76	0,08%
	Contas de Ordem	607.002,69	0,19%
	Operações de Tesouraria	620.150,37	0,19%
		319.470.970,28	
Principais Pagamentos	Despesas Correntes		
	Despesas com o Pessoal	4.537.004,37	1,42%
	Aquisições de Bens e Serviços	71.483.852,97	22,39%
	Juros e Outros Encargos	182.976,87	0,06%
	Transferências Correntes	240.020.099,20	75,17%
	Despesas Capital	1.944.158,22	0,61%
	Contas de Ordem	560.765,87	0,18%
	Operações de Tesouraria	592.995,99	0,19%
		319.321.853,49	

Pela análise do Mapa dos Fluxos de Caixa do IASAÚDE, IP-RAM, podemos constatar que a globalidade dos recebimentos efetuados no ano de 2018, relativos a transferências correntes, representou 99% do total de recebimentos.

Relativamente ao montante das verbas recebidas do GR para fazer face ao Contrato Programa do SESARAM - € 239.082.283,96 -, se compararmos com a Certidão de Receitas do GR a certificar das verbas que nos transferiram em 2019, dá-se uma situação materialmente relevante. O GR informa que nos transferiu € 223.457.724,00 ao abrigo da CP do SESARAM. E isso corresponde à verdade. Contudo, do total desse montante, o GR transferiu já no final de 2017 uma verba de € 15.624.559,96. Acontece que a verba deu já entrada na conta bancária do IASAÚDE, IP-RAM em janeiro de 2018. E foi contabilizada pelo IASAÚDE já no ano de 2018. Há por isso uma discrepância. Contudo, o proveito foi registado em 2017 por contrapartida da rubrica de Acréscimo de Proveitos.

Análise Orçamental

Ao analisarmos o controlo orçamental da receita e da despesa, verifica-se que em 2018, o IASAÚDE, IP-RAM executou 92% do total orçamentado.

(euros)

2017	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar no início do ano	Receita Liquidada/Emitida	Receita Cobrada	Receita por cobrar no final do ano	Grau de execução Orçamental
	1	2	3	4	5=2+3-4	6=(4/1)*100
Saldo da Gerência Anterior	227.991,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Receita Própria	2.555.500,00	2.569.678,74	262.739,40	372.329,19	2.460.088,95	15%
Receita Orçamental	304.906.699,00	0,00	283.270.646,56	283.158.282,37	112.364,19	93%
TOTAL	307.690.190,00	2.569.678,74	283.533.385,96	283.530.611,56	2.572.453,14	92%

A receita a cobrar respeita, basicamente, aos valores facturados em 2005 e 2006 ao Serviço Regional de Saúde, EPE, e ainda por receber, ao abrigo dos Contratos-Programa de 2004/2005 e 2005/2006.

O controlo orçamental da despesa traduz-se no quadro seguinte:

(euros)

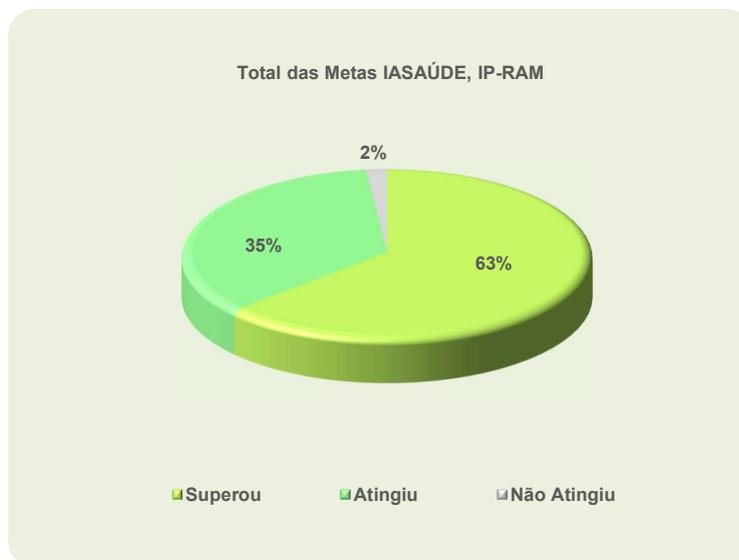
Despesa	Dotações Corrigidas	Cativo Congelamento	Comp. Assumidos	Despesa Paga	Dotação não comprometida	Saldo	Comp. por pagar
	1	2	3	4	5=1-2-3	6=1-2-4	7=3-4
Controlo Orç. Despesa	330.270.199,00	23.800,00	326.366.367,38	318.168.220,31	3.880.031,62	12.078.178,69	8.198.147,07

Na análise ao controlo orçamental da despesa, verifica-se que, do total das dotações corrigidas, foram assumidos compromissos na ordem dos € 326 milhões. Sendo que, a despesa paga atingiu o montante de cerca de € 318,1 milhões, tendo ficado por pagar aproximadamente € 8,1 milhões.

IV - AVALIAÇÃO FINAL

Durante o corrente ano o IASAÚDE, IP-RAM propôs-se a realizar 117 atividades nas diversas áreas de atuação. Destas conseguiu superar 74 e atingir 41, o que representa uma percentagem bastante positiva na execução do plano de atividades, sendo 63% das atividades superadas e 35% atingidas.

Verificou-se este ano o não cumprimento de 2 atividades, devido a fatores exógenos, o que representa apenas 2%.



Para a execução das atividades previamente definidas, foi realizado um levantamento das necessidades de recursos humanos e financeiros de forma a alocar devidamente as pessoas às diferentes tarefas e os recursos materiais e financeiros necessários à sua concretização, efetuando assim um planeamento mais eficaz com vista a uma maior eficiência e a obtenção de um menor número de desvios na execução do plano.

Ao nível da intervenção desenvolvida pela Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências verifica-se que foram abrangidas 29.348 pessoas, sendo os contextos recreativo, comunitário, escolar e militar, os que tiveram maior abrangência ao nível da população alcançada.

De realçar, o forte investimento na literacia da população, aumentando as colaborações com a Comunicação Social, através dos artigos técnicos em jornais e revistas, da participação em programas de rádio e televisão.

Constitui-se igualmente como um aspeto positivo a articulação com inúmeras entidades e técnicos da comunidade, que se envolvem nas atividades preventivas na prossecução de

objetivos comuns e o desenvolvimento de parcerias estratégicas com entidades e investigadores nacionais e estrangeiros, mantendo a UCAD integrada e atualizada com as tendências internacionais e conseguindo incluir a RAM nos estudos de referência portugueses e europeus, como é o caso do estudo do SICAD, “Comportamentos Aditivos aos 18 Anos. Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional”, que se realizou em 2018 e do “*European School Survey Project on Alcohol and Drugs*” (ESPAD), que se realizará em 2019.

Ao nível da formação profissional, verifica-se que foram realizadas 5 ações de formação, abrangendo 64 formandos, provenientes dos vários serviços que integram a SRS, num total de 112 horas.

As áreas temáticas de incidência foram: Informática na Ótica do Utilizador (3 cursos), correspondendo a 62,50% da carga horária total e a 56,25% do número de formandos e Desenvolvimento Pessoal (2 cursos), correspondendo a 37,50% da carga horária total e de 43,75% do número de formandos.

A aprovação da candidatura no Programa Madeira 14-20, deu um novo alento e dinamismo à formação profissional promovida pelo IASAÚDE, sendo que com o procedimento de contratação em vigor, consegue-se organizar a formação de uma forma mais espaçada e atempada, pelo que se prevê uma boa taxa de execução do Plano de Formação e o cumprimento dos objetivos previamente propostos em sede de candidatura.

Verificou-se ainda a necessidade contínua que os trabalhadores manifestam em adquirir formação profissional por iniciativa individual, notando-se este ano uma ligeira diminuição nestes pedidos passando de 56 em 2017 para 47 dispensas no corrente ano.

Comparativamente ao ano transato, no que diz respeito à comissão de serviço, verificou-se um decréscimo passando de 8 autorizações em 2017 para 6 no corrente ano.

Ao nível orçamental, o IASAÚDE, IP-RAM tinha um orçamento inicial de 330.441.080 €, sendo que ao longo do ano este valor inicial sofreu diversas alterações orçamentais decorrentes de reforços e anulações, e ainda créditos especiais provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, que resultou num orçamento corrigido de 330.138.016€.

No que se refere à execução orçamental em 2018, foram efetuados pagamentos no valor de € 318.168.220,31 €, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 96,29%.

No âmbito do QUAR, O IASAÚDE, IP – RAM levou a cabo um procedimento de aplicação de questionários de avaliação aos seus colaboradores que decorreu de 30 de outubro a 9 de

novembro de 2018, para permitir auscultar e avaliar a satisfação dos colaboradores e o seu envolvimento com a instituição.

O universo de inquirição foi de 158 questionários, sendo que a taxa de reporte foi de cerca de 83%. Dos questionários preenchidos foi anulado um questionário por estar incompleto.

Os resultados constam no Relatório de Autoavaliação.

Anualmente, O IASAÚDE IP-RAM procura através de atividades propostas e realizadas, definir claramente a sua missão e intervenção junto da população e dos seus colaboradores, proporcionando os meios necessários para a prossecução dos objetivos, alinhados com a estratégia de Governo definida.

V ANEXOS

13.1.4 – RECURSOS HUMANOS (I)

Relatório de Gestão 2018

Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação

Recursos Humanos		Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros	Total
Total efectivos	H	6	10	11	6	0	5	1	0	5	44
	M	5	33	43	10	9	20	1	1	0	122
	T	11	43	54	16	9	25	2	1	5	166
Nomeação	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato por tempo indeterminado	H	4	10	11	5	0	5	1	0	5	41
	M	4	33	43	10	9	20	1	1	0	121
	T	8	43	54	15	9	25	2	1	5	162
Contrato a termo resolutivo, certo ou incerto	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H	2	0	0	1						3
	M	1	0	0	0						1
	T	3	0	0	1	0	0	0	0	0	4
Total		11	42	60	16	9	25	2	1	5	166

Relatório de Gestão 2018

Contagem dos trabalhadores admitidos durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Admissões (durante o ano)		Dirigente	Carreira técnico superior	Carreira assistente técnico	Carreira assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros	Total
Nomeação	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato por tempo indeterminado	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato a termo resolutivo, certo ou incerto	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Relatório de Gestão 2018

Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo /carreira, segundo o motivo das saídas

Motivo das saídas dos trabalhadores contratados	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros
Falecimento									
Exoneração			1						
Aposentação									
Limite de idade									
Aposentação compulsiva									
Demissão									
Mútuo acordo									
Outros			1					1	
Total	0	0	2	0	0	0	0	1	

Relatório de Gestão 2018

Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira

Alterações do posicionamento remuneratório/promoções		Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros
Alterações do posicionamento remuneratório	H		8	9	4		2	1		5
	M	1	32	31	5	9	5	1	1	
	T	1	40	40	9	9	7	2	1	5
Promoções (carreiras e categorias subsistentes, carreiras e corpos especiais)	H									
	M									
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		1	40	40	9	9	7	2	1	5

Relatório de Gestão 2018

Cobertura dos mapas de pessoal	Nº de lugares		
	Previstos	Preenchidos	%
Dirigente	11	11	100%
Carreira de técnico superior	48	43	90%
Carreira de assistente técnico	62	54	87%
Carreira de assistente operacional	16	16	100%
Carreiras e categorias subsistentes	9	9	100%
Carreiras e Corpos especiais	27	25	93%
Carreiras Médicas	2	2	100%
Carreiras de Enfermagem	2	1	50%
Outros	6	5	83%
Total	183	166	91%

13.1.4 – RECURSOS HUMANOS (II)

13.1.4 Horas extraordinárias	N.º de horas extraordinárias 2018
Horas Extras /outro Pessoal *)	740,50
Peso relativo das horas extraordinárias a)	0,39

*) Horas extraordinárias e trabalho em dia de descanso semanal complementar e feriados (Extraído dos dados fornecidos para o balanço social para 2018)

a) (Horas extraordinárias/horas normais) x100

Salário médio por grupo profissional	Valor em Euros
Pessoal Dirigente	47.016,06
Carreira de Técnico Superior	36.551,22
Carreira de Assistente Técnico	12.999,09
Carreira de Assistente Operacional	89.164,92
Carreiras e Categorias Subsistentes	20.471,09
Carreiras e Corpos Especiais	26.537,29
Carreiras Médicas	80.026,74
Carreiras de Enfermagem	20.471,09
Outros	25.972,43

5. Número de dias de trabalho por cada grupo profissional em média.

<i>Número de dias de trabalho</i>	<i>Dirig.</i>	<i>Carreira de Técnico Superior</i>	<i>Carreira de Assistente Técnico</i>	<i>Carreira de Assistente Operacional</i>	<i>Carreira e Categorias Subsistente</i>	<i>Carreira e Corpos Especiais</i>	<i>Carreiras Médicas</i>	<i>Carreiras de Enfermagem</i>	<i>Outros</i>
Total	229	217	215	229	217	229	217	229	229

ANEXO – ANÁLISE ESTATÍSTICA UOC

ANEXO I

**OO2 - AE 1 – MONITORIZAÇÃO DA DESPESA COM PRODUÇÃO ADICIONAL, CONVENÇÕES,
ACORDOS DE FATURAÇÃO E REEMBOLSOS**

1. Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde – Protocolo Produção Adicional (PEACS) – SESARAM, E.P.E.

O quadro que se segue apresenta o número de exames previstos a realizar nas áreas de Cardiologia e Imagiologia no SESARAM, E.P.E. ao abrigo do Protocolo PEACS, na modalidade de produção adicional.

Prevê-se a realização do exame Ecocardiograma na área da Cardiologia e cinco tipos específicos de Ressonância Magnética nas zonas do Abdómen, Pélvica e Mamária na área da Imagiologia, com relevância na lista de espera do SESARAM.

Especialidades PEACS	Previsão SESARAM	
	Qtd.	Valor (€)
Exames Cardiologia	560	51.520,00 €
Ecocardiograma	560	51.520,00 €
Exames Imagiologia	336	90.206,40 €
RM Abdómen Superior c/ contraste	108	31.525,20 €
RM Abdómen Superior s/ contraste	18	2.302,20 €
RM Pélvica c/ contraste	108	31.525,20 €
RM Pélvica s/ contraste	18	2.302,20 €
RM Mamária c/contraste	72	21.016,80 €
RM Mamária s/ contraste	12	1.534,80 €
TOTAL	896	141.726,40 €

Quadro 1 – Total de Exames Previstos – Protocolo Produção Adicional (PEACS).

A execução prevista do Protocolo para o ano de 2018, abrange duas especialidades de MCDT, a Cardiologia com 560 exames e a Imagiologia com 336 exames. Os exames com maior expressão em número e valor orçamentado foram o Ecocardiograma, a RM Abdómen Superior c/ contraste e a RM Pélvica c/ contraste.

Conforme se pode observar nos Quadros 2 e 3, o número de exames realizados, 666, a que corresponde a faturação de 79.487,40 €, ficou abaixo do previsto nas duas áreas abrangidas pelo Protocolo, registando-se -100 Ecocardiogramas e -130 exames de Imagiologia, o que se traduziu numa despesa executada inferior ao orçamentado de - 62.239,00 €.

Especialidades PEACS	Total		
	Faturado		Conferido
	Qtd.	Valor (€)	
Exames Cardiologia	460	21.160,00 €	21.160,00 €
Ecocardiograma	460	21.160,00 €	21.160,00 €
Exames Imagiologia	206	58.327,40 €	58.327,40 €
RM Abdómen Superior c/ contraste	80	23.352,00 €	23.352,00 €
RM Abdómen Superior s/ contraste	4	511,60 €	511,60 €
RM Pélvica c/contraste	77	22.476,30 €	22.476,30 €
RM Pélvica s/contraste	4	511,60 €	511,60 €
RM Mamária c/contraste	38	11.092,20 €	11.092,20 €
RM Mamária s/contraste	3	383,70 €	383,70 €
TOTAL	666	79.487,40 €	79.487,40 €

Quadro 2 – Total de Exames Faturados vs Conferidos – Protocolo Produção Adicional (PEACS).

Especialidades PEACS	Total					Diferença	
	Previsão SESARAM		Faturado		Conferido	Qtd.	Valor (€)
	Qtd.	Valor (€)	Qtd.	Valor (€)			
Exames Cardiologia	560	51.520,00 €	460	21.160,00 €	21.160,00 €	-100	-30.360,00 €
Ecocardiograma	560	51.520,00 €	460	21.160,00 €	21.160,00 €	-100	-30.360,00 €
Exames Imagiologia	336	90.206,40 €	206	58.327,40 €	58.327,40 €	-130	-31.879,00 €
RM Abdómen Superior c/ contraste	108	31.525,20 €	80	23.352,00 €	23.352,00 €	-28	-8.173,20 €
RM Abdómen Superior s/ contraste	18	2.302,20 €	4	511,60 €	511,60 €	-14	-1.790,60 €
RM Pélvica c/contraste	108	31.525,20 €	77	22.476,30 €	22.476,30 €	-31	-9.048,90 €
RM Pélvica s/contraste	18	2.302,20 €	4	511,60 €	511,60 €	-14	-1.790,60 €
RM Mamária c/contraste	72	21.016,80 €	38	11.092,20 €	11.092,20 €	-34	-9.924,60 €
RM Mamária s/contraste	12	1.534,80 €	3	383,70 €	383,70 €	-9	-1.151,10 €
TOTAL	896	141.726,40 €	666	79.487,40 €	79.487,40 €	-230	-62.239,00 €

Quadro 3 – Total de Exames Previstos vs Faturados vs Conferidos – Protocolo Produção Adicional (PEACS).

Em termos de variação anual conforme Quadro 4, tenha-se presente que os valores apresentados para 2017, reportam-se a dois meses de execução do Protocolo celebrado com o SESARAM, E.P.E em novembro de 2017, nas áreas da Cardiologia e da Imagiologia. Apesar da execução do plano para 2018 ter ficado abaixo do previsto,

registre-se a evolução verificada.

	2017	2018	Δ % 2017-2018
Valor Faturado	33.751,20 €	79.487,40 €	136%
Valor Conferido	33.751,20 €	79.487,40 €	136%
Cirurgias realizadas	274	666	143%

Quadro 4-Total Faturado vs Conferido e n.º de cirurgias realizadas **Protocolo Produção Adicional (PEACS)** - Variação anual 2017/2018.

2. Produções Cirúrgicas (PRC) – SESARAM, E.P.E.

O quadro que se segue reflete as cirurgias realizadas no SESARAM ao abrigo da Protocolo Programa de Recuperação de Cirurgias (PRC).

Área	Número de Produções Cirúrgicas						
	Mar	Abr	Mai	Jun	Out	Nov	Total
Ortopedia	13	14	18	19	10	11	85
Cirurgia Geral	32	34	32	30	36	12	176
Cirurgia Vascular	6	3	6	10	6	0	31
Neurologia	8	9	1	8	6	6	38
Oftalmologia	37	37	23	54	39	16	206
Urologia	12	10	13	12	13	10	70
Cirurgia Pediátrica	10	8	17	10	10	0	55
Otorrinolaringologia	16	16	16	14	0	0	62
Patologia Mamária	11	10	5	10	19	0	55
Ginecologia	4	7	12	10	8	0	41
Total Cirurgias/mês	149	148	143	177	147	55	819

Quadro 5 – Número Mensal de Produções Cirúrgicas Faturadas por área ao abrigo do **Protocolo PRC** em 2018.

No ano de 2018, ao abrigo do PRC, realizaram-se 819 cirurgias, num período de 6 meses, abrangendo 10

áreas de produção, com distribuição mensal uniforme, excetuando o mês de conclusão, novembro, com maior incidência nas áreas de Oftalmologia, Cirurgia Geral e Ortopedia. Saliente-se que estavam programadas a realização de 862 cirurgias no plano de execução inicial.

De seguida apresentamos a distribuição dos valores faturados e conferidos, por área, ao longo de 2018, ao abrigo do Protocolo PRC.

Área	N.º Produções Cirúrgicas	Valor Faturado	Valor Conferido
Ortopedia	85	611.863,15 €	604.664,76 €
Cirurgia Geral	176	186.824,62 €	186.824,62 €
Cirurgia Vascular	31	45.332,54 €	45.332,54 €
Neurologia	38	143.551,70 €	143.551,70 €
Oftalmologia	206	146.021,04 €	145.312,20 €
Urologia	70	70.740,18 €	70.740,18 €
Cirurgia Pediátrica	55	37.079,51 €	37.079,51 €
Otorrinolaringologia	62	41.567,00 €	41.567,00 €
Patologia Mamária	55	56.949,38 €	56.949,38 €
Ginecologia	41	73.100,22 €	67.978,12 €
Total Cirurgias	819	1.413.029,34 €	1.400.000,01 €

Quadro 6 – Total Faturado vs Conferido e n.º de cirurgias realizadas por área ao abrigo do Protocolo PRC em 2018.

A despesa faturada de 1.413.029,34 foi corrigida para 1.400.000 €, dotação global afeta ao PRC em 2018. Registe-se que, ainda que a área com mais cirurgias realizadas tenha sido a Oftalmologia, (206 produções), a que absorveu mais despesa ao IASAÚDE foi a Ortopedia (85 produções) considerando que o valor unitário do GDH é dos mais elevados da tabela.

	2017	2018	Δ % 2017-2018
Valor Faturado	1.358.026,62 €	1.413.029,34 €	4,05%
Valor Conferido	1.352.674,00 €	1.400.000,01 €	3,50%
Cirurgias realizadas	883	819	-7,25%

Quadro 7 – Total Faturado vs Conferido e n.º de cirurgias realizadas ao abrigo do Protocolo PRC - Variação anual 2017/2018.

Comparativamente a 2017, registe-se aumento na despesa na ordem dos 3,5% e a redução do número de produções cirúrgicas realizadas, menos 64 cirurgias do que no ano anterior, o que se traduz num decréscimo de 7,25%.

3. Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde – Convenção PEACS (Privado)

Em 2018, a convenção para a prestação de ecografias mamárias, mamografias e colonoscopias, aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRS-Madeira), no âmbito do Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS), registou um incremento com a adesão de quatro novos prestadores privados, dois para a realização de colonoscopias e dois para a realização de ecografias mamárias e mamografias.

Os Quadros 8 e 9 resume o número de exames realizados, bem como os valores faturados neste setor.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Colonoscopias	63	118	130	80	39	33	37	27	3	6	1	0	537
Estudos Anátomo-Patológicos	21	37	20	5	14	8	3	5	0	0	0	0	113
Ecografias Mamárias	25	23	33	44	49	42	47	41	0	0	0	0	304
Mamografias bilateral, duas incidências por mama	46	42	66	90	100	80	94	82	0	0	0	0	600

Quadro 8 – Número Mensal de exames realizados - Convenção PEACS (Privado) em 2018.

Em 2018, foram realizadas 537 Colonoscopias, 113 Estudos Anátomo-Patológicos e 904 Ecografias Mamárias e Mamografias, em prestadores aderentes do setor privado, cuja prescrição tem origem no Serviço Público, com o objetivo de reduzir a lista de espera do SESARAM nestas áreas.

	Quantidade	Total Faturado	Total Conferido	Diferença
Colonoscopias	537	46.416,93 €	43.576,06 €	-2.840,87 €
Estudos Anátomo-Patológicos	113	1.440,75 €	1.211,25 €	-229,50 €
N.º Ecografias Mamárias	304	4.408,00 €	4.379,00 €	-29,00 €
N.º Mamografias bilateral, duas incidências por mama	600	12.300,00 €	12.177,00 €	-123,00 €
TOTAL 2018	1554	64.565,68 €	61.343,31 €	-3.222,37 €

Quadro 9 – Total Faturado vs Conferido e n.º exames realizados - Convenção PEACS (Privado) em 2018.

As **Colonoscopias** absorveram a fatia de despesa mais relevante, seguido da **Mamografia bilateral**, duas incidências por mama.

	2017	2018	Δ % 2017-2018
Valor Faturado	53.444,19 €	64.565,68 €	20,81%
Valor Conferido	53.165,00 €	61.343,31 €	15,38%
Total de Exames	708	1554	119,49%

Quadro 10 – Total Faturado vs Conferido e n.º exames realizados - **Convenção PEACS (Privado)** - Variação anual 2017/2018.

Assinale-se o crescimento expressivo obtido em ambas as variáveis, com repercussão na redução das listas de espera dessas especialidades.

4. Convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da diálise – Convenção Diálise

Na sequência da aprovação da convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da diálise, em 3/11/2017, aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira e com a adesão de um prestador privado, em dois locais (Funchal e Machico) concretizou-se o acesso dos utentes a esta opção de cuidados de saúde nesta área.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Diálise - Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares por sessão dia (Unidade Funchal)	394 3	356 5	3910	3959	1437	409 7	421 0	4114	395 5	4120	4014	4164	45488
Diálise - Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares por sessão dia (Unidade Machico)	140 7	121 2	1355	1367	4246	143 0	153 2	1489	141 8	1473	1464	1458	19851
TOTAL	535 0	477 7	5265	5326	5683	552 7	574 2	5603	537 3	5593	5478	5622	65339

Quadro 11 – Número Mensal sessões realizadas no âmbito da **Convenção Diálise** em 2018.

Atendendo à especificidade do tratamento dos utentes hemodialisados, de referir a distribuição uniforme das sessões ao longo do ano.

	Quantidade	Total Faturado	Total Conferido	Diferença
Diálise - Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares por sessão dia (Unidade Funchal)	45488	2.874.057,49 €	2.840.771,10 €	- 33.286,39 €
€Diálise - Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares por sessão dia (Unidade Machico)	19851	1.245.710,09 €	1.239.589,88 €	- 6.120,21 €
TOTAL	65339	4.119.767,58 €	4.080.360,98 €	-39.406,60 €

Quadro 12 – Total Faturado vs Conferido e n.º sessões realizadas no âmbito da **Convenção Diálise (Privado)** em 2018.

De assinalar que o montante suportado pelo IASAÚDE ultrapassou os 4 milhões de euros, tendo-se verificado uma poupança de 39.406,60 € resultante do processo de conferência.

5. Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral - PIPCO-RAM

O Programa Regional da Saúde Oral em vigor na Região Autónoma da Madeira desde 2017, tem por objetivo a intervenção precoce no cancro oral.

Os cuidados prestados no âmbito deste programa são realizados em consultórios privados, competindo a estes diagnosticar a lesão da cavidade oral, podendo, para tal, retirar tecido para análise, e consequente encaminhamento do utente para o Prestador com Acordo com o IASAÚDE para a realização dos estudos anátomo-patológicos.

Médicos Dentistas Aderentes	Prestador Aderente Estudos Anátomo-Patológicos
7	1

Quadro 13 – Número de Aderentes ao **PIPCO-RAM** até final de dezembro de 2018.

No decurso de 2018 não se verificaram novas adesões ao programa, mantendo-se os mesmos aderentes.

	Prestações	Valor Faturado
Estudos Anátomo-Patológicos	0	0,00 €
Consultas	0	0,00 €

Quadro 14 – Total Faturado e n.º prestações **PIPCO-RAM** até fim de dezembro de 2018.

O Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral não representou qualquer despesa para o IASAÚDE em 2018.

Não se perspetivou conforme antecipado um crescimento efetivo de despesa, considerando as adesões iniciais verificadas ao PIPCO-RAM em 2017.

Considerando a necessidade de alargar o conceito de utente beneficiário, no acesso a este programa de intervenção em saúde, foi publicado o Despacho n.º 304/2018, de 29 de outubro, que altera o n.º 2 do artigo 2.º Anexo I ao Despacho n.º 284/2017, de 5 de julho, alterando-se o conteúdo, no que diz respeito a esta matéria.

Assim, passa a ter acesso ao programa qualquer utente que cumpra um dos requisitos estabelecidos:

- Ter idade igual ou superior a 40 anos, ou;
- Pertencer ao grupo de risco de utentes fumadores, ou;
- Possuir hábitos alcoólicos.

6. Acordos de Faturação

O IASAÚDE mantém há diversos anos acordos de faturação com prestadores privados de saúde, para a realização de **MCDT** e prestação de **Outros Cuidados de Saúde**, nas seguintes áreas:

Código	Área de MCDT	Prestadores com acordo
A	ANÁLISES CLÍNICAS	4
B	ANATOMIA PATOLÓGICA	3
C	CARDIOLOGIA	10
G	MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO	7
M	RADIOLOGIA	14
W	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	2
P	CUIDADOS RESPIRATÓRIOS DOMICILIÁRIOS	2

Quadro 15 – Número de Prestadores de MCDT, por área – Acordos de Faturação.

Código	Outros Cuidados de Saúde	Prestadores com acordo
S	CIRURGIAS	4
T	PRÓTESES DENTÁRIAS	2
Q	DIÁRIA DE PSIQUIATRIA	4

Quadro 16 – Número de Prestadores de Outros Cuidados por área – Acordos de Faturação.

À semelhança dos anos anteriores não se verificou a celebração de novos Acordos, dada a inexistência de suporte legal que os sustentasse, no entanto refira-se que esta situação foi colmatada com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2018/M, de 26 de junho, que veio regulamentar o regime de

celebração de Acordos de Faturação no Serviço Regional de Saúde.

6.1. Despesa - MCDT

Os valores apresentados no Quadro 17 refletem a despesa do IASAÚDE no último biénio, relativamente à faturação enviada mensalmente pelos prestadores de MCDT, com Acordos de Faturação.

Área	2017			2018			Δ % 2017- 2018
	Faturado	Conferido	Diferença	Faturado	Conferido	Diferença	
Análises Clínicas	5.889.014,49 €	5.778.727,82 €	-110.286,67 €	5.109.429,66 €	4.949.484,16 €	-159.945,50 €	-14,35%
Anatomia Patológica	213.376,48 €	211.279,36 €	-2.097,12 €	153.030,00 €	146.029,50 €	-7.000,50 €	-30,88%
Cardiologia	801.963,40 €	790.926,72 €	-11.036,68 €	642.846,95 €	637.740,52 €	-5.106,43 €	-19,37%
Medicina Física e Reabilitação	1.706.525,10 €	1.701.129,40 €	-5.395,70 €	1.472.101,30 €	1.462.011,40 €	-10.089,90 €	-14,06%
Radiologia	1.070.561,80 €	1.059.526,57 €	-11.035,23 €	921.299,12 €	909.547,10 €	-11.752,02 €	-14,16%
Ressonância Magnética	619.892,32 €	611.910,82 €	-7.981,50 €	598.724,46 €	594.755,96 €	-3.968,50 €	-2,80%
Total	10.301.333,59 €	10.153.500,69 €	-147.832,90 €	8.897.431,49 €	8.699.568,64 €	-197.862,85 €	-14,32%

Quadro 17 – Total Faturado vs Conferido por área de MCDT - Variação anual 2017/2018.

Destaque-se, a redução significativa de despesa, no montante de 1.453.932,05 €, contrariando a tendência de anos anteriores. Tal facto decorre da alteração da entidade responsável pelo regime de benefícios do sistema de saúde ADSE, pelo que os acordos de faturação existentes cessaram na parte referente à faturação de despesas com cuidados de saúde aos beneficiários da ADSE da RAM, sendo que estas passaram a ser assumidas pela ADSE Nacional a partir de 01/01/2018.

Todas as áreas contribuíram para esta redução, com maior incidência em termos percentuais, nas áreas de Anatomia Patológica, (-30,88%), Cardiologia, (-19,37%), Análises Clínicas, (-14,35%), Radiologia, (-14,16%) e Medicina Física e Reabilitação, (-14,06%).

Em montante absoluto, saliente-se a redução nas áreas das Análises Clínicas (-829.243,66 €), Medicina Física e Reabilitação (-239.118), Cardiologia (-153.186,2 €) e Radiologia (-149.979,47).

6.2. Despesa - Outros Cuidados de Saúde

Evidencia-se de seguida as áreas relativas à prestação de Outros Cuidados de Saúde, que, igualmente absorveram despesa ao IASAÚDE.

Área	2017			2018			Δ % 2017-2018
	Faturado	Conferido	Diferença	Faturado	Conferido	Diferença	
Próteses Dentárias	70.605,34 €	70.591,85 €	-13,49 €	51.431,23 €	50.750,69 €	-680,54 €	-28%
Cuidados Respiratórios Domiciliários	2.340.851,95 €	2.290.263,63 €	-50.588,32 €	2.573.923,82 €	2.517.602,69 €	-56.321,13 €	10%
Psiquiatria	11.682.816,08 €	11.664.150,40 €	-18.665,68 €	13.039.374,76 €	13.004.124,22 €	-35.250,54 €	11%
Cirurgias	107.837,35 €	103.361,30 €	-4.476,05 €	115.956,57 €	97.885,59 €	-18.070,98 €	-5%
Total	14.202.110,72 €	14.128.367,18 €	-73.743,54 €	15.780.686,38 €	15.670.363,19 €	-110.323,19 €	10,91%

Quadro 18 – Total Faturado vs Conferido por área de **Outros Cuidados de Saúde** – Variação Anual 2017/2018.

Refira-se o aumento da despesa global no montante de 1.541.996,01 €, que se traduziu num aumento de 11%, face ao ano anterior. Para este aumento a área da Psiquiatria foi a que registou um aumento, em termos absolutos mais significativo, + 1.339.973,82 €. A segunda área mais representativa em termos absolutos no total da despesa foram os Cuidados Respiratórios Domiciliários, com um crescimento da despesa na ordem dos 227.000,00 €. Considerando a relevância dos Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD), discrimina-se a faturação e a conferência, e respetiva variação anual, por prestador e origem da prescrição dos tratamentos.

	2017				2018			
	Faturado		Conferido		Faturado		Conferido	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
TOTAL	1.724.274,97 €	617.496,84 €	1.686.389,13 €	603.874,50 €	1.855.912,98 €	718.010,84 €	1.814.398,60 €	703.204,09 €

Quadro 19 – Total Faturado vs Conferido por origem da prescrição dos **CRD** – Variação anual 2017/2018.

Realce-se que o crescimento global verificado na prescrição privada, corresponde a um aumento de +16% que supera a evolução registada na prescrição pública de +8%.

As correções efetuadas em 2018, no montante de 56.888,21 €, são da mesma ordem de grandeza, ao verificado em 2017, de 51.508,18 €, que se traduz também nas ponderações obtidas, que é a relação, em percentagem, entre as correções efetuadas e o montante faturado, conforme se constata no Quadro 20.

	Faturado	Conferido	Diferença	Ponderação (%)
2017	2.341.771,81 €	2.290.263,63 €	-51.508,18 €	-2,20%
2018	2.573.923,82 €	2.517.602,69 €	-56.321,13 €	-2,19%
Δ % 2017-2018	9,91%	9,93%	9,34%	

Quadro 20 – Total Faturado vs Conferido dos **CRD** – Variação anual 2017/2018.

6.3. Despesa – MCDT e OCS

No que concerne à conferência de MCDT e Outros Cuidados de Saúde, deu-se continuidade à política de rigor iniciada em anos anteriores, como se realça no quadro seguinte. Conforme nos mostra o Quadro 21, a ponderação obtida de 1,25% superior à pontuação registada em anos anteriores é ilustrativa, a que não será alheia a generalização da utilização do novo modelo de requisição e a clarificação estrita das regras de conferência aplicáveis.

	Faturado	Conferido	Diferença	Ponderação (%)
Ano 2016	23.260.159,89 €	23.027.738,11 €	232.421,78 €	1,00%
Ano 2017	24.503.444,31 €	24.247.474,35 €	255.969,96 €	1,04%
Ano 2018	24.678.117,87 €	24.369.931,83 €	308.186,04 €	1,25%

Quadro 21 – Total Anual Faturado vs Conferido de **MCDT** e **Outros Cuidados de saúde**.

Assinale-se a tendência de crescimento das regularizações (redução de despesa) efetuadas na conferência de MCDT e Outros Cuidados de Saúde, registando-se um montante corrigido de 308.186,04 €.

7. Valores Reembolsados ¹

De seguida apresenta-se a despesa do IASAÚDE com o reembolso de despesas de saúde aos utentes do SRS e aos beneficiários da ADSE.

	2016	2017	Δ % 2016-2017	2018	Δ % 2017-2018
SRS	3.103.356,11 €	3.428.009,01 €	10,46%	3.528.718,12 €	3%
ADSE	4.152.365,88 €	4.453.561,55 €	7,25%	1.216.452,02 €	-73%
TOTAL	7.255.721,99 €	7.881.570,56 €	8,63%	4.745.170,14 €	-40%

Quadro 22 - Valores reembolsados **ADSE** e **SRS** – Variações anuais.

Considerando a situação anteriormente aludida, relacionada com a alteração da entidade responsável pelo pagamento dos benefícios da ADSE a leitura apresenta-se enviesada, tendo-se verificado uma redução na despesa com o reembolso de despesas de saúde aos beneficiários da ADSE na ordem dos 73%, a que corresponde uma poupança para o IASAÚDE de 3.237.109,53 €.

Mantendo a tendência dos anos anteriores assistimos a um aumento da despesa com reembolso de despesas de saúde aos utentes do SRS, ainda que menos significativa, face a 2017.

Em 2018 os reembolsos aos utentes do SRS, representaram 74% da despesa efetuada.

7.1. Valores Reembolsados – SRS

O Quadro abaixo apresenta a distribuição das despesas de saúde reembolsadas aos utentes do SRS, por tipo de cuidado de saúde.

Área	Valor	Peso (%)
MEDICINA CONSULTAS	660.878,77 €	18,73%
MEDICINA	64.436,35 €	1,83%
GASTRO	84.333,61 €	2,39%
CIRURGIA	96.989,28 €	2,75%
ANALISES	24.903,52 €	0,71%
ANATOMIA PATOLOGICA	6.084,87 €	0,17%
RADIOLOGIA	680.452,53 €	19,28%
RESSONANCIA MAGNETICA	200.848,25 €	5,69%
MEDICINA NUCLEAR	4.616,97 €	0,13%
MEDICINA FISICA E REABILITACAO	254.814,57 €	7,22%
MEDICINA DENTARIA	651.217,32 €	18,45%
PROTESES ESTOMATOLOGICAS	493.743,11 €	13,99%
MEIOS CORRECAO E COMPENSACAO	150.259,23 €	4,26%
LENTE E ARMACOES	15.268,55 €	0,43%
PROTESES AUDITIVAS	1.376,74 €	0,04%
MEDICAMENTOS E ANÁLOGOS	66.775,04 €	1,89%
DIPOSITIVOS CONTROLO DIABETES	92,00 €	0,00%
ACTOS TERAPEUTICOS AMBULATORIO	60.544,32 €	1,72%
OUTROS	11.083,09 €	0,31%
Total	3.528.718,12 €	100%

Quadro 23 – Distribuição dos Valores reembolsados em 2018 – SRS.

Verificou-se que as rubricas que consumiram mais despesa foram a Radiologia ((19,28%), as Consultas de Medicina (18,73%), a Medicina Dentária (18,45%) e as Próteses Estomatológicas (13,99%).

7.2. Valores Reembolsados – ADSE

O Quadro 24 mostra a distribuição das despesas de saúde reembolsadas aos beneficiários da ADSE. Estas referem-se a prestações realizadas aos beneficiários ADSE no ano de 2017, no entanto e considerando que os beneficiários dispõem de 6 meses para entregar as despesas para reembolso, coube ao IASAÚDE, o reembolso destas despesas no início de 2018.

Área	Valor	Peso (%)
MEDICINA CONSULTAS	143.533,11	11,80%
MEDICINA	77.033,52	6,33%
CIRURGIA	65.822,02	5,41%
ANALISES	446,40	0,04%
RADIOLOGIA	84.126,74	6,92%
MEDICINA NUCLEAR	210,00	0,02%
MEDICINA FISICA E REABILITACAO	133.130,04	10,94%
MEDICINA DENTARIA	175.190,69	14,40%
PROTESES ESTOMATOLOGICAS	129.555,25	10,65%
MEIOS CORRECAO E COMPENSACAO	60.824,25	5,00%
LENTES E ARMACOES	252.611,06	20,77%
COMPLEMENTO EM INTERNAMENTO	59.521,85	4,89%
COMPLEMENTO EM AMBULATORIO	13.843,58	1,14%
TRATAMENTOS TERMAIS	191,54	0,02%
ENFERMAGEM	165,86	0,01%
ESTRANGEIRO/MISSAO OFICIAL	1.160,82	0,10%
MEDICAMENTOS E ANÁLOGOS	4.734,47	0,39%
OUTROS	14.350,82	1,18%
Total	1.216.452,02 €	100%

Quadro 24 – Distribuição dos Valores reembolsados em 2018 – ADSE.

As áreas de despesa mais significativas foram as Lentes e Armações, a Medicina Dentária, as Consultas de Medicina, a Medicina Física e Reabilitação e as Próteses Estomatológicas.

Os valores abaixo referem-se à faturação das farmácias da RAM, referente à comparticipação de medicamentos aos utentes do Serviço Regional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, enviada mensalmente ao IASAÚDE, cuja conferência está a cargo do CCF.

Saliente-se que a partir de 1 de janeiro de 2018, passámos a assumir a despesa com medicamentos da ADSE.

¹
Dados fornecidos pela USI

8. Faturação das Farmácias da RAM ²

	2016	2017	Δ % 2016-2017	2018	Δ % 2017-2018
Valores Faturados	28.618.624,73 €	29.007.116,62 €	1,36%	35.581.754,18 €	22,67%

Quadro 25 – Valores faturados das *Farmácias* – Variação anual.

Em 2018, observou-se um expressivo aumento de 22,67% dos valores faturados pelas 65 farmácias da RAM ao IASAÚDE, face ao ano de 2017, traduzido num aumento da despesa na ordem dos 6.574.637,56 €.

Este aumento justifica-se entre outras razões, pelo facto de a partir de maio de 2018 os dispositivos médicos para apoio aos doentes com incontinência e retenção urinária, os produtos ostomizados e as câmaras expansoras deixarem de ser reembolsadas pelo IASAÚDE e passarem a ser comparticipados em 100% pelas farmácias. Também em 2018, o IASAÚDE passou a assumir as despesas com os medicamentos dos beneficiários da ADSE.

8.1. Valores Conferidos

Os valores apurados, são o resultado do processo de conferência, pelo CCF, relativo às faturas das farmácias. Embora se verifique um significativo aumento da faturação as regularizações efetuadas baixaram para 68.303,01 €, a que corresponde uma ponderação baixa de 0,19%. Saliente-se a tendência anual de redução das correções realizadas. Esta evolução estará relacionada com a generalização da prescrição eletrónica de medicamentos.

	Faturado	Conferido	Diferença	Ponderação (%)
Ano 2016	28.618.624,73 €	28.238.255,41 €	380.369,32 €	1,33%
Ano 2017	29.007.116,62 €	28.910.262,45 €	96.854,17 €	0,33%
Ano 2018	35.581.754,18 €	35.513.451,17 €	68.303,01 €	0,19%

Quadro 26 – Total Anual Faturado vs Conferido das *Farmácias*.

²
Dados fornecidos pela USI

9. DESPESA GLOBAL – UOC

Em resumo, apresenta-se no quadro abaixo os valores globais que representaram despesa nas áreas da dependência da UOC.

Área	Valor	Peso (%)
Protocolo PEACS – SESARAM, E.P.E.	79.487,40 €	0,11%
Protocolo PRC – SESARAM, E.P.E.	1.400.000,01 €	1,99%
Convenção PEACS - Privado	61.343,31 €	0,09%
Convenção - Diálise	4.080.360,98 €	5,81%
MCDT – Acordos de Faturação	8.699.568,64 €	12,38%
Outros Cuidados de Saúde – Acordos de Faturação	15.670.363,19 €	22,31%
PIPCO-RAM	0,00 €	0,00%
Reembolsos (ADSE e SRS)	4.745.170,14 €	6,75%
Farmácias - Medicamentos	35.513.451,17 €	50,55%
Total	70.249.744,84 €	100,00%

Quadro 27 – Distribuição da Despesa UOC em 2018.

Numa análise global verificou-se que mais de 50% da despesa destinou-se à comparticipação com Medicamentos nas farmácias, seguindo-se os Acordos de Faturação para a prestação de Outros Cuidados de Saúde, que absorveu 22,31% do total da despesa e MCDT que responde por 12,38%.

Os setores dos Reembolsos (ADSE e SRS) em regime livre, com 6,75% e a Convenção – Diálise com 5,81% possuem também um peso importante no total da despesa. De salientar que 2018 constitui o primeiro ano de referência de execução de despesa para a Convenção – Diálise.

Conforme ilustrado graficamente, as restantes quatro rúbricas são residuais no conjunto da despesa.

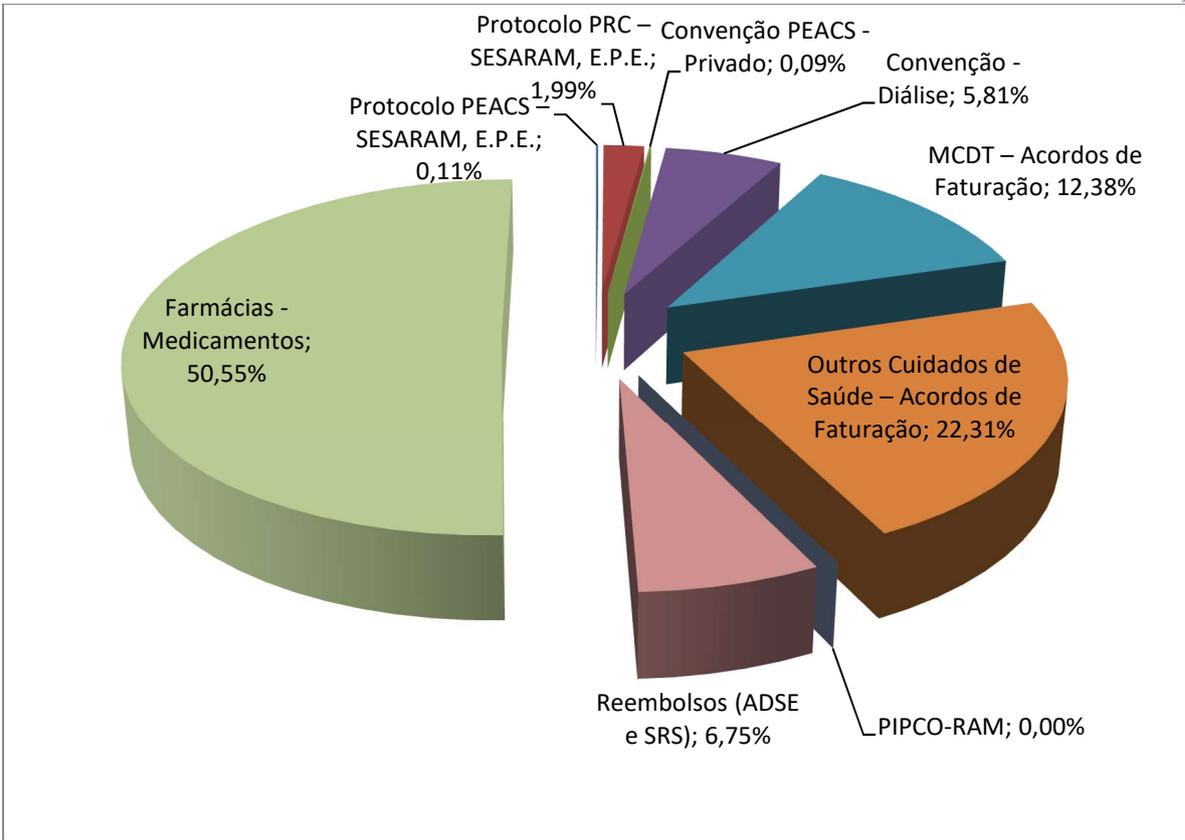


Gráfico 1 – Distribuição da Despesa UOC em 2018.



Secretaria Regional
da Saúde
Instituto de Administração
da Saúde, IP-RAM

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2018



Ficha Técnica

Título

Relatório de Atividades da Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências - 2018

Editor

Secretaria Regional da Saúde (SRS),

Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM)

Rua das Pretas, n.º 1 9004-515 Funchal

E-mail: iasaude@iasaude.madeira.gov.pt

Coordenação Executiva

Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM),

Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências.

Rua da Alegria, n.º 31, 2.º F

9000-040 Funchal

E-mail: ucad@iasaude.madeira.gov.pt

ÍNDICE

	Pág.
NOTA INTRODUTÓRIA	04
1. A Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências	05
2. Execução do Plano de Atividades	07
3. A Intervenção Preventiva em 2018	16
4. Conclusão	19

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1. Grau de execução das atividades	07
Quadro 2. Intervenção preventiva implementada pela UCAD	16
Quadro 3. Intervenção preventiva implementada nos concelhos da RAM	16
Quadro 4. Distribuição do nº de pessoas abrangidas em ações preventivas, por etapa do ciclo de vida e por grupo etário	17
Quadro 5. Intervenção preventiva implementada por contexto de intervenção	17
Quadro 6. Nº de Programas, projetos e campanhas em curso, por contexto de intervenção	18

NOTA INTRODUTÓRIA

A Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD), no âmbito das suas competências, ao longo dos anos, tem vindo a implementar diversas medidas preventivas que abrangem os diferentes contextos de intervenção, percorrendo as diferentes etapas do ciclo de vida, com principal enfoque junto dos jovens, e potenciando as parcerias estratégicas com entidades públicas e privadas que nos permitem atuar em todos os concelhos da Região Autónoma da Madeira.

No ano de 2018, no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências (CAD), continuamos a apostar em atividades sustentadas nas boas práticas, implementando intervenções orientadas pelos diversos indicadores presentes nos contextos explorados, de forma a potenciar os fatores de proteção existentes e a minimizar os fatores de risco existentes no nosso público-alvo, respondendo diretamente às necessidades existentes no terreno.

Adotamos uma abordagem centrada na saúde e no bem-estar individual e social, sensibilizando, informando e formando, promovendo hábitos de vida saudável e a literacia em saúde, bem como, competências pessoais e sociais que fomentem e reforcem a autonomia dos indivíduos, por oposição a comportamentos aditivos e outras dependências.

A intervenção centrou-se, na sua maioria, numa abordagem universal do fenómeno, apostando na prevenção para todos os indivíduos, nas diferentes fases do ciclo de vida, aplicada nos diferentes contextos onde diariamente decorre as suas vidas, quer seja na comunidade, escola, trabalho, família, desporto, tempos livres ou contexto militar. Os programas, campanhas e projetos, foram de encontro às necessidades identificadas pela UCAD, sem descurar as solicitações pontuais e oportunidades externas, como forma de congregar novos parceiros interessados no bem-estar das pessoas e no desenvolvimento saudável dos nossos jovens.

Existiram também, intervenções seletivas junto de jovens com fatores de risco acrescidos, bem como atendimentos no âmbito da prevenção indicada para indivíduos que manifestaram comportamentos aditivos e dependências, nas suas fases iniciais. Reduzimos riscos e minimizamos danos (RRMD) dinamizando iniciativas em contexto recreativo noturno, com elevada abrangência populacional. E apostamos nos meios de comunicação, nos conteúdos digitais e na colaboração em estudos nacionais, como forma de aumentar a literacia em saúde e o bem-estar geral da população da Madeira e Porto Santo em matéria dos CAD.

Por fim, uma palavra de reconhecimento para todas as entidades regionais do setor público e privado, e para todas as pessoas, que se envolveram direta e/ou indiretamente, nas diferentes atividades desenvolvidas ao longo do ano, como parceiros fulcrais no desenvolvimento das iniciativas da UCAD, interessados no bem-estar das pessoas e no desenvolvimento saudável dos nossos jovens.

1. A UNIDADE OPERACIONAL DE INTERVENÇÃO EM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS - UCAD

❖ Competências

A UCAD é uma unidade operacional integrada no Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG) do IASAÚDE, IP-RAM, à qual, de acordo com a Portaria nº 178/2012, de 31 de dezembro, compete:

- Assegurar a implementação da política regional de luta contra a droga, álcool e as toxicodependências, procedendo à sua avaliação nas áreas da prevenção, da redução de riscos e da minimização de danos;
- Definir as linhas de orientação técnica para a intervenção, o acompanhamento, a monitorização e a avaliação de programas e projetos nestas áreas;
- Implementar os programas, projetos e orientações técnicas definidas, a nível nacional e internacional, na área da prevenção dos comportamentos aditivos e diminuição das dependências;
- Promover a articulação interinstitucional e incentivar a participação das instituições da comunidade, públicas ou privadas, no desenvolvimento de ações de prevenção, de redução de riscos e minimização de danos e de reinserção social;
- Apoiar a comissão para a dissuasão da toxicodependência;
- Propor e apoiar ações de formação, no âmbito das atribuições do IASAÚDE, IP-RAM, para área da prevenção dos comportamentos aditivos e diminuição das dependências;
- Desenvolver e apoiar estudos de caracterização do fenómeno de consumo de substâncias psicoativas, de condutas aditivas e de dependências no âmbito regional;
- Proceder à recolha de informação em saúde junto dos serviços públicos e das entidades privadas, com intervenção nas áreas de consumo de substâncias psicoativas, de condutas aditivas e de dependências, de acordo com metodologias desenvolvidas;
- Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução da estratégia regional de luta contra a droga e a toxicodependência;
- Proceder à recolha, tratamento e divulgação da informação e documentação técnico-científica na área da prevenção dos comportamentos aditivos e diminuição das dependências;
- Apoiar ações para potenciar a dissuasão dos consumos de substâncias psicoativas.
- A UCAD compreende uma secção de apoio administrativo.

❖ Recursos Humanos

Atualmente a equipa da UCAD é composta por 17 pessoas de diversas áreas profissionais: 1 dirigente (Psicologia), 12 técnicos superiores (6 Psicologia, 2 Sociologia, 1 Serviço Social, 1 Psicopedagogia, 1 Animação Educativa Sociocultural, 1 Educação Física), 1 enfermeiro especialista na área de enfermagem de saúde mental e psiquiátrica, 1 assistente técnico e 2 assistentes operacionais.

Em outubro de 2018, uma licenciada em psicologia iniciou um estágio profissional do Instituto de Emprego da Madeira, que terá a duração de 9 meses.

❖ Metodologia de elaboração

O presente relatório de atividades dá seguimento às orientações previstas e avalia o plano de atividades 2018, comparando os resultados obtidos em conformidade com os objetivos, atividades e indicadores estratégicos traçados previamente.

Este documento, foi realizado sob consulta de toda a informação registrada ao longo do ano, seguindo a base estatística, composta por dados recolhidos após a realização das atividades, através de instrumento específico e da recolha de informação adicional, junto dos elementos da equipa da UCAD.

O planeamento, a monitorização e a avaliação adequadas permite obter indicadores e resultados fiáveis, que nos ajudam a melhorar a nossa prática, beneficiando sobretudo as pessoas com quem desenvolvemos as nossas atividades.

❖ Objetivos operacionais e atividades estratégicas desenvolvidas

Para 2018, definiram-se 5 objetivos operacionais, cobrindo áreas fundamentais para a optimização do trabalho: Estratégia, Informação, Intervenção, Cooperação e Investigação, no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências, reestruturando e atualizando o Plano de Atividades 2017.

Em conformidade com com os objetivos definidos, estruturou-se 27 atividades que operacionalizam os mesmos, com especial enfoque nas intervenções preventivas de âmbito universal e seletivo. Para além destas atividades, realizou-se outras atividades não previstas no Plano Anual de Atividades da UCAD, em resposta a oportunidades de intervenção, da iniciativa da UCAD ou em resposta a solicitações de outras entidades externas.

2. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES 2018
Quadro 1. Grau de execução das atividades

Objetivo Operacional	N.º de atividades	Grau de realização		
		Supera	Atinge	Não atinge
OO 1 - Definir uma abordagem equilibrada e integradora, no domínio da redução da procura e redução da oferta dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) com ou sem substâncias, catalisadora do bem-estar social e individual, visando a proteção da saúde pública e segurança.	1			1
OO 2 - Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, visando a promoção da literacia em saúde e melhoria da qualidade de vida.	4	4		
OO 3 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo.	19	12	6	1
OO 4 - Reforçar e consolidar as relações de cooperação com entidades nacionais e internacionais, no contexto dos comportamentos aditivos e dependências.	1	1		
OO 5 - Colaborar na realização de investigações sobre os comportamentos aditivos e dependências.	2		2	0
TOTAL	27	17	8	2

De acordo com a tabela 1, verifica-se que das 27 atividades previstas, 16 foram superadas (63%), 8 foram atingidas (30%) e, apenas 2 atividades não foram atingidas (7%).

Objetivo Operacional	Indicador de Medida do OO	Meta OO	Atividades	Responsáveis pela Execução das Atividades	Indicador de Medida da Atividade	Meta da Atividade	Resultados	Desvio	Fundamentação
OO 1 - Definir uma abordagem equilibrada e integradora, no domínio da redução da procura e redução da oferta dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) com ou sem substâncias, catalisadora do bem-estar social e individual, visando a proteção da saúde pública e segurança.	Grau de realização das atividades	Cumprimento de 80% das atividades	AE 1 - Elaboração de proposta do Plano Regional para a redução dos comportamentos aditivos e dependências 2018 - 2020 (PRRCAD - RAM)	Diretor e Técnicos	Documento elaborado e publicado	Atinge - entre 15 e 30 de abril; Não Atinge - após 30 de abril; Supera - anterior a 15 de abril;	Em execução	- 12 Meses	Atividade não atingida A realização desta proposta foi adiada para 2019 de forma a nos enquadrarmos ao Plano Nacional para a Redução dos CAD, que será revisto em 2020.
OO 2 - Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, visando a promoção da literacia em saúde e melhoria da qualidade de vida.	Grau de realização das atividades	Cumprimento de 80% das atividades	AE 1 - Dinamização do Gabinete de aconselhamento à população em geral (GAP) no âmbito dos CAD e da promoção de estilos de vida saudáveis, através da oferta de uma intervenção de apoio psicossocial a jovens e envolventes.	Diretor e Técnicos	Nº de atendimentos	Atinge - entre 30 e 50; Não Atinge - inferior a 30; Supera - superior a 50;	163	+ 113	Atividade superada Em 2018, o GAP continuou com nºs de atendimentos significativos, abrangendo um total de 39 utentes.
			AE 2 - Produção e divulgação de conteúdos informativos no microsite da UCAD.	Técnicos	Atualização e gestão de conteúdos do microsite	Atinge - entre 45 e 55 acessos mensais; Não Atinge - inferior a 45; Supera - superior a 55	2295	+ 2240	Atividade superada Os acessos mensais ao site da UCAD aumentaram significativamente no ano de 2018, atingindo os 24.001 utilizadores.

<p>OO 2 - Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, visando a promoção da literacia em saúde e melhoria da qualidade de vida.</p> <p>(Continuação)</p>			<p>AE 3 - Produção de informação regional em diferentes suportes em matéria de SPA e CAD, para entidades regionais e nacionais (brochuras, dashboards, sinopses estatísticas...)</p>	Técnicos	Nº de produtos produzidos	<p>Atinge - entre 3 e 5;</p> <p>Não Atinge - inferior a 3;</p> <p>Supera - superior a 5;</p>	8	+ 3	<p>Atividade Superada</p> <p>A UCAD produz anualmente guias e outros documentos informativos para o seu público-alvo, e fornece a diversas entidades dados estatísticos avaliativos.</p>
			<p>AE 4 - Participação e colaboração da UCAD com os diversos meios de comunicação social.</p>	Diretor e Técnicos	Nº de participações colaborações (programas TV + rádio + artigos)	<p>Atinge - entre 20 e 22;</p> <p>Não Atinge - inferior a 20;</p> <p>Supera - superior a 22;</p>	81	+ 59	<p>Atividade superada</p> <p>A colaboração com a comunicação social tem vindo a ser intensificada como forma de informar e sensibilizar a população em geral.</p>
<p>OO 3 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo.</p>	Grau de realização das atividades	Cumprimento de 80% das atividades	<p>AE 1 - Realização de ações de sensibilização e informação a diferentes grupo-alvo, em vários contextos, sobre os riscos associados aos CAD.</p>	Diretor e Técnicos	Nº de ações realizadas	<p>Atinge - entre 20 e 22;</p> <p>Não Atinge - inferior a 20;</p> <p>Supera - superior a 22;</p>	89	+ 67	<p>Atividade superada</p> <p>As atividades pontuais, fruto de diversas solicitações, continuam a ser realizadas na íntegra, abrangendo 2138 pessoas em 2018</p>
			<p>AE 2 -Promoção da intervenção no âmbito dos problemas ligados ao álcool, através do incremento de parcerias (Fórum Regional Álcool e Saúde Madeira).</p>	Diretor e Técnicos	Percentagem de membros com compromissos ativos	<p>Atinge - entre 50% e 60%;</p> <p>Não Atinge - inferior a 50%;</p> <p>Supera - superior a 60%;</p>	53%	0	<p>Atividade atingida</p> <p>Os parceiros, na sua maioria, mantêm os compromissos ativos. Em 2019 será agendada a reunião para definir novos compromissos.</p>

OO 3 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo. (Continuação)			AE 3 - Monitorização e avaliação do Programa de Prevenção das Dependências em Contextos Sociais Vulneráveis .	Diretor e Técnicos	Prazo de elaboração de relatório de avaliação	Atinge - entre 15 /12 e 31/12; Não atinge - após 31/12; Supera - antes de 15/12;	Adiado	- 24 Meses	Atividade não atingida Optou-se por elaborar o relatório de avaliação deste Programa após a conclusão do seu horizonte temporal (dezembro de 2019).
			AE 4 - Desenvolvimento, monitorização e avaliação do Programa S(ou)TOP , dirigido aos jovens das instituições tutelares educativas parceiras.	Técnicos	Nº de ações realizadas	Atinge - entre 6 a 8; Não atinge - inferior a 6; Supera - superior a 8;	6	0	Atividade atingida O Programa S(ou)TOP decorreu conforme o plano de atividades, atingindo 150 presenças nas suas ações.
			AE 5 - Dinamização, monitorização e avaliação dos projetos de intervenção comunitária " Viver a Prevenção no Imaculado e Viver a Prevenção em Santo António ", dirigidos à população em geral, em articulação com as Juntas de Freguesia.	Diretor e Técnicos	Nº de ações desenvolvidas	Atinge - entre 10 e 12; Não atinge - inferior a 10; Supera - superior a 12;	18	+ 6	Atividade superada O projeto do Imaculado registou 18 atividades realizadas, enquanto o Projeto de Santo António teve em fase de planeamento para 2019.
			AE 6 - Dinamização, monitorização e avaliação da Campanha "+ Verão...Sem Drogas ", em meio recreativo, nos meses de julho, agosto e setembro, em parceria com entidades regionais públicas e privadas.	Diretor e Técnicos	Nº de eventos recreativos abrangidos/ nº de entidades envolvidas	Atinge - entre 8 a 10; Não atinge - inferior a 8; Supera - superior a 10;	18	+ 8	Atividade superada Além das atividades dos parceiros e dos projetos da UCAD, realizamos 18 atividades exclusivas da campanha +Verão.

OO 3 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo. (Continuação)		AE 7 - Dinamização e avaliação da campanha de sensibilização " Comércio Seguro ", sobre a alteração à lei do álcool, dirigida aos comerciantes e proprietários de estabelecimentos, nas freguesias da RAM.	Diretor e Técnicos	Nº de freguesias abrangidas	Atinge - entre 2 a 4; Não atinge - inferior a 2; Supera - superior a 4;	8	+ 2	Atividade superada Realizamos ações de sensibilização em superfícies comerciais e distribuição de flyers em barracas de arraiais e praias de 8 Concelhos da RAM.
		AE 8 - Dinamização da intervenção no âmbito das dependências sem substância , através da realização de ações de sensibilização/ informação sobre utilização problemática da Internet e riscos associados, a diferentes grupos alvo, em vários contextos.	Diretor e Técnicos	Nº de ações de sensibilização/ informação realizadas	Atinge - entre 6 a 8; Não atinge - inferior a 6; Supera - superior a 8;	16	+ 8	Atividade superada As solicitações para sessões no âmbito das dependências sem substância, têm vindo a aumentar, abrangendo 464 pessoas no ano de 2018.
		AE 9 - Implementação, monitorização e avaliação de projetos e programas de prevenção do consumo de SPA licitas e promoção de competências pessoais e sociais em meio escolar, dirigido aos alunos que frequentam as escolas de 1º Ciclo da RAM .	Técnicos	Nº de escolas do 1º ciclo abrangidas	Atinge - entre 8 e 10; Não atinge - inferior a 8; Supera - superior a 10;	12	+ 2	Atividade superada Abrangemos 12 escolas de 1º Ciclo e 863 alunos no decorrer das atividades dos projetos "Jogos da Prevenção" e "Domicílios e Carros 100% livres de fumo".
	ANE1 - Realização de 1 reunião de monitorização – Realizaram-se 2 encontros de avaliação intermédia.							
ANE2 - Realização de reunião anual para avaliação – Realizou-se 1 encontro de avaliação final.								

OO 3 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo. (Continuação)		AE 10 - Dinamização, monitorização e avaliação do " Programa Atlante ", dirigido a alunos que frequentam as escolas de 2.º e 3.º ciclo da RAM.	Técnicos	% de escolas abrangidas	Atinge - entre 85% a 90%; Não atinge - inferior a 85%; Supera - superior a 90%	86%	0	Atividade atingida O Programa Atlante abrangeu 25 escolas, de 10 Concelhos da RAM, 5911 alunos e 64 professores de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.
	ANE 1 - Realização de 1 reunião de monitorização - Realizou-se 1 encontro de avaliação intermédia.							
	ANE 2 - Realização de reunião anual para avaliação - Realizou-se 1 encontro de avaliação final.							
		AE 11 - Sensibilização das escolas para a implementação e monitorização do projeto "Cannabis Abuse Prevention Program for Young Consumers: CAPPYC ", dirigido aos alunos que frequentam as escolas de ensino secundário da RAM.	Técnicos	Nº de escolas que implementam o projeto CAPPYC	Atinge - entre 2 e 4; Não atinge - inferior a 2; Supera - superior a 4;	7	+ 3	Atividade superada O CAPPYC decorreu em 5 escolas do Funchal, 1 da Ponta de Sol e 1 de Santana e abrangeu 889 presenças nas 62 ações realizadas.
	AE 12 - Dinamização e monitorização do projeto " Juntos na escola...sem Drogas ", dirigido aos alunos que frequentam os 10º e 11º anos, nas escolas com ensino secundário e profissional da RAM.	Diretor e Técnicos	Nº de escolas abrangidas	Atinge - entre 5 e 7; Não atinge - inferior a 5; Supera - superior a 7;	6	0	Atividade atingida No âmbito do Juntos na Escola realizamos debates em 4 escolas do Funchal, 1 de Santa Cruz e 1 de Machico, abrangendo 629 alunos.	

OO 3 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo. (Continuação)		AE 13 - Desenvolvimento, monitorização e avaliação do projeto " #Vibes4U NoDrugs ", em contexto recreativo noturno, em articulação com entidades públicas e privadas.	Técnicos	Nº de ações realizadas	Atinge - entre 12 e 14; Não atinge - inferior a 12; Supera - superior a 14	22	+ 8	Atividade superada O #Vibes4U NoDrugs decorreu nos 11 Concelhos da RAM, abrangendo 4929 pessoas presentes em festas, arraiais e concertos.
		AE 14 - Realização da campanha de sensibilização " Diversão sem riscos ", dirigida aos alunos que frequentam o ensino secundário da RAM.	Técnicos	Nº de escolas abrangidas	Atinge - entre 4 e 5; Não atinge - inferior a 4; Supera - superior a 5	7	+ 2	Atividade superada Realizamos 8 sessões nas escolas e 1 sensibilização no aeroporto, abrangendo 1568 alunos finalistas do ensino secundário.
		AE 15 - Dinamização de ações de sensibilização/formação dirigidas à comunidade educativa, em contexto universitário , sobre os riscos associados aos CAD.	Diretor e Técnicos	Nº de ações realizadas	Atinge - entre 2 e 4; Não atinge - inferior a 2; Supera - superior a 4	5	+ 1	Atividade superada Realizamos 3 ações em sala, na UMA e na ESESJC, e participamos no arraial de receção ao caloiro e na feira do voluntariado da UMA.
		AE 16 - Planificação e realização de ações de sensibilização e informação sobre riscos associados aos CAD, em parceria com clubes e associações desportivas .	Técnicos	Nº clubes e associações desportivas abrangidos	Atinge - entre 2 e 4; Não atinge - inferior a 2; Supera - superior a 4	3	0	Atividade atingida Abrangemos 340 pessoas em 17 ações realizadas nos clubes e associações desportivas.

OO 3 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo. (Continuação)			AE 17 - Desenvolvimento, monitorização e avaliação da intervenção no âmbito dos Comportamentos aditivos e dependências no " Dia da Defesa Nacional ", dirigido aos jovens com 18 anos.	Técnicos	Nº de ações de sensibilização realizadas/ relatório avaliação produzido	Atinge – entre 50 e 55; Não atinge - inferior a 50; Supera - superior a 55	73	+ 18	Atividade superada Realizamos 75 sessões abrangendo 2495 jovens de 18 anos, presentes no Dia da Defesa Nacional.	
			AE 18 - Dinamização e monitorização do projeto de intervenção em contexto laboral: Uma Pausa para a Prevenção , em parceria com empresas regionais públicas e privadas.	Técnicos	Nº de empresas abrangidas	Atinge – entre 5 e 7; Não atinge - inferior a 5; Supera - superior a 7	9	+2	Atividade superada Estivemos presentes em 9 empresas da Madeira, sensibilizando 582 dirigentes e funcionários.	
			ANE 1 - Efetuar reuniões de planeamento e monitorização - Realizaram-se 2 reuniões de planeamento.							
			AE 19 - Implementação, monitorização e avaliação de projetos e programas de prevenção de âmbito seletivo , dirigidos a grupos populacionais e/ou contextos específicos.	Técnicos	N.º de projetos e programas implementados	Atinge - entre 3 e 4; Não atinge - inferior a 3; Supera - superior a 4	3	0	Atividade atingida Implementaram-se os projetos seletivos "S(ou)TOP", "Energy 4 Life" e "BE(A)LIVE".	
ANE 2 - Efetuar reuniões de planeamento, monitorização e avaliação - Realizaram-se 16 reuniões no âmbito destes projetos										
OO 4 - Reforçar e consolidar as relações de cooperação com entidades nacionais e internacionais, no contexto dos comportamentos aditivos e dependências.	Grau de realização das atividades	Cumprimento de 80% das atividades	AE 1 - Participação em reuniões/eventos e grupos de discussão interinstitucional de âmbito nacional e internacional , no âmbito dos CAD.	Diretor	N.º de participações	Atinge - entre 2 a 3; Não Atinge - inferior a 2; Supera - superior a 3	10	+ 7	Atividade superada A UCAD participou em 10 eventos nacionais e internacionais, destacando-se a apresentação no 3º Congresso SICAD.	

			ANE 1 - Efetuar contatos com entidades nacionais e internacionais no âmbito da prevenção dos CAD – Realizados nos diversos eventos nacionais e internacionais, em que estivemos presentes.						
			ANE 2 - Agendamento de reuniões - Realizaram-se 3 reuniões em Portugal Continental.						
OO 5 - Colaborar na realização de investigações sobre os comportamentos aditivos e dependências.	Grau de realização das atividades	Cumprimento de 80% das atividades	AE 1 - Participação no Inquérito Nacional sobre comportamentos Aditivos aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional - Comportamentos Aditivos aos 18 anos, em parceria com o Ministério da Defesa Nacional e o SICAD.	Diretor e técnicos	Recolha de dados no âmbito do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos realizado aos jovens que participam no Dia da Defesa Nacional, a nível regional - 2018 (meses)	Atinge - entre 1 maio e 31 de junho; Não Atinge - após 31 de junho; Supera - anterior a 31 de junho	Executado	0	Atividade atingida Os dados referentes ao estudo dos jovens que participam no Dia da Defesa Nacional, foram recolhidos na Madeira e Porto Santo, nas datas previstas.
			AE 2 - Participação no Estudo das dependências na internet em jovens portugueses - Ivone Patrão ISPA-IU.	Diretor e técnicos	Recolha de dados no âmbito do Estudo das dependências na internet em jovens portugueses - Ivone Patrão ISPA-IU - 2018 (meses)	A definir de acordo com disponibilidade das escolas regionais	Em execução	0	Atividade atingida Foram feitos todos os contactos necessários e após aprovação ficou decidido começar com a experiência piloto numa escola a designar pela DRE.

3. A INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM 2018

Em 2018, realizamos um total de **532** intervenções, registando-se **29.348** presenças nos programas, projetos, campanhas e ações pontuais realizadas, que incidiram sobre substâncias psicoativas (SPA) e sobre comportamentos aditivos e dependências (CAD), com ou sem substância, dinamizados pela equipa técnica da UCAD e/ou em parceria com entidades regionais e nacionais, públicas e privadas.

Quadro 2. Intervenção preventiva implementada pela UCAD

	Nº de iniciativas	Nº de pessoas
Intervenção Direta – Técnicos da UCAD	532	22.009
Intervenção Indireta – Técnicos Formados	n/d	7339
TOTAL		29.348

Como se pode verificar através do quadro 2, foram abrangidas um total de **22.009** presenças, nas iniciativas diretamente implementadas por técnicos da UCAD e **7.339** pessoas em atividades dinamizadas por técnicos de entidades parceiras que receberam formação prévia da UCAD no âmbito dos diversos projetos de prevenção. Implementaram-se 443 ações integradas nos programas, projetos e campanhas, abrangendo 19.871 pessoas e 89 ações pontuais, com temáticas diversas e em múltiplos contextos, que abrangeram 2.138 pessoas. Foram realizadas ainda, 84 reuniões com o intuito de planear, monitorizar ou avaliar as intervenções.

Importa realçar que relativamente ao número total de pessoas abrangidas, o mesmo não integra os valores relativos às intervenções na comunicação social, por impossibilidade de quantificar a população abrangida e os 24.001 utilizadores que acederam ao microsite ao longo do ano de 2018.

Quadro 3. Intervenção preventiva implementada nos concelhos da RAM

	Funchal	C. Lobos	R. Brava	P. Sol	Calheta	P. Moniz	S. Vicente	Santana	Machico	S. Cruz	P. Santo	Fora da RAM	TOTAL
Ações	420	18	4	22	7	2	4	13	13	22	4	3	532
Participantes	12768	601	404	629	231	105	334	501	4642	1029	351	414	22009

A intervenção da UCAD dispersa-se pelos 11 Concelhos da Região Autónoma da Madeira, conforme podemos observar no quadro 3. No ano de 2018 existiu **maior incidência nos Concelhos do**

Funchal, Machico e Santa Cruz, estando no polo oposto, Porto Moniz e Calheta. O diretor da UCAD foi preletor no 3º Congresso do SICAD, realizado em Lisboa e esteve presente em congressos, formações e reuniões de trabalho, organizados por entidades nacionais e internacionais, realizados fora da RAM.

Quadro 4. Distribuição do nº de pessoas abrangidas em ações preventivas, por etapa do ciclo de vida e por grupo etário, 2018

		Grupo etário	TOTAL
Etapas segundo o ciclo de vida	Gravidez e Crianças até 3 meses	0	0
	Infância	0 - 4	0
		5 -9	898
	Pré-Adolescência e Adolescência	10 -14	1228
		15 -19	8795
		20 -24	1792
		25 - 29	2337
	Idade Adulta	30 -34	2434
		35 - 39	1869
		40 – 44	972
		45 -49	854
		50 – 54	589
		≥ 55	241
Velhice	≥ 65	0	

De acordo com o quadro 4, os grupos com maior representatividade correspondem às faixas etárias entre os 15 e os 19 anos e entre os 24 e os 34 anos.

Quadro 5. Intervenção preventiva implementada por contexto de intervenção

Contexto de intervenção	Ações ²	Participantes
Comunitário	116	3009
Comunicação Social	32	0
Militar	79	2654
Escolar	191	5801
Desporto	15	303
Familiar	9	189
Laboral	34	582
Recreativo	56	9471
TOTAL	532	22.009

² Estas ações incluem ações nos programas, projetos e campanhas, ações pontuais e reuniões com entidades parceiras, para planeamento, monitorização e avaliação das intervenções preventivas.

Como se pode verificar através do **quadro 5**, as ações preventivas distribuem-se pelos vários contextos de intervenção, nomeadamente: comunitário, comunicação social, militar, escolar, desportivo, familiar, laboral e recreativo. **Destacam-se** com número acrescido de intervenções preventivas realizadas e de participantes alcançados, os **contextos comunitário, militar, escolar e recreativo**, sendo também os contextos com maior número de programas, projetos e campanhas a decorrer, conforme podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 6. Nº de Programas, projetos e campanhas implementados, por contexto de intervenção

Contextos de intervenção	Nº
Escolar	7
Comunitário	12
Militar	1
Desporto	1
Familiar	0
Laboral	1
Recreativo	4
TOTAL	26

❖ Gabinete de Aconselhamento e Prevenção (GAP)

O GAP responde a pedidos de informação e aconselhamento, relacionados com situações de consumo de substâncias psicoativas, dependência da internet, videojogos e jogos de apostas, atendendo gratuitamente, sobretudo pais, encarregados de educação e respetivos educandos, e quando necessário, encaminhando os utentes para outras entidades regionais.

Em 2018, o Gabinete de Aconselhamento e Prevenção, registou **163 atendimentos** efetuados em consulta de âmbito psicossocial por técnicos especializados, abrangendo um total de **39 utentes**, 29 dos quais novos casos e 10 indivíduos em seguimento do ano anterior.

Estes utentes tinham idades compreendidas entre os **14 e os 65 anos**, 97% eram indivíduos do género masculino e somente 3% do género feminino. O motivo de atendimento predominante foi o consumo de cannabis com 32 utentes, seguindo-se o jogo com 3 utentes.

❖ Organização de Eventos Científicos

No ano de 2018, organizamos em parceria com a Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria e da Escola Complementar do Til - APEL, as **2as Jornadas da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências**, evento presidido por Sua Exa. o Secretário Regional da Saúde e que contou com palestrantes regionais, nacionais e internacionais. Este evento realizado a 19 de novembro, abrangeu 200 técnicos, estudantes e representantes de entidades parceiras públicas e privadas, ligadas à saúde, à educação, à política, às forças de segurança e ao desporto.

4. CONCLUSÃO

A intervenção preventiva desenvolvida pela Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências em 2018 foi orientada pelo programado no Plano de Atividades de 2018, baseando-se no rigor técnico e científico nas suas atividades, pela potenciação das parcerias locais e da partilha de conhecimentos com entidades nacionais e estrangeiras e pelo aumento da literacia em Saúde na população da RAM.

Decorrente da avaliação realizada, verificamos que das 27 atividades Planeadas, 16 foram superadas, 9 foram atingidas e 2 não foram atingidas, abrangendo 29.348 pessoas nas intervenções preventivas, sendo os contextos recreativo, comunitário, escolar e militar, os que tiveram maior abrangência ao nível da população alcançada.

De realçar, o forte investimento na literacia da população, aumentando as colaborações com a Comunicação Social, através dos artigos técnicos em jornais e revistas, da participação em programas de rádio e televisão, e da aposta no microsite da UCAD, cujos acessos tiveram um aumento assinalável, alcançando os 24.001 utilizadores em 2018.

A UCAD prosseguiu a sua intervenção apostando na realização de 443 iniciativas preventivas integradas nos 26 programas, projetos e campanhas de âmbito universal ou seletivo, que dinamiza e realizando 89 ações de carácter pontual, respondendo a diversas solicitações da comunidade, abrangendo a totalidade dos Concelhos da RAM e as diferentes etapas do ciclo de vida.

No âmbito da prevenção indicada, através do Gabinete de Aconselhamento e Prevenção, realizou 163 atendimentos de acompanhamento a 39 utentes, na sua maioria consumidores de Cannabis, que chegam muitas vezes à UCAD referenciados pelos pais e encarregados de educação.

Aumentamos as intervenções preventivas para as dependências sem substância, que têm vindo a crescer significativamente, fruto das preocupações sociais com comportamentos aditivos referentes à internet, redes sociais, videojogos e jogo patológico. Apostamos em intervenções estratégicas por substância, com projetos e intervenções específicas para o álcool, tabaco e cannabis, bem como intervenção ao nível prevenção, da redução de riscos e minimização de danos, em contextos recreativos noturnos.

Ao nível da formação continuamos a capacitar educadores e técnicos de diferentes áreas para a intervenção nos CAD, destacando a organização e realização das 2as Jornadas da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências, que decorreram na Escola Complementar do til – APEL e a apresentação no 3º Congresso SICAD, que decorreu no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Constitui-se igualmente como um aspeto positivo a articulação com inúmeras entidades e técnicos da comunidade, que se envolvem nas atividades preventivas na prossecução de objetivos comuns e o desenvolvimento de parcerias estratégicas com entidades e investigadores nacionais e estrangeiros,

mantendo a UCAD integrada e atualizada com as tendências internacionais e conseguindo incluir a RAM nos estudos de referência portugueses e europeus, como é o caso do estudo do SICAD, “Comportamentos Aditivos aos 18 Anos. Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional”, que se realizou em 2018 e do “European School Survey Project on Alcohol and Drugs” (ESPAD), que se irá realizar em 2019.